

Idéias EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO III – nº 20 – Julho e Agosto de 2008

Testada e aprovada



**A Chapa 1 – MAIS Sisejufe
vence as eleições com 62,68%
dos votos válidos**

Páginas 2 a 13

Leia também

**Os 10 mitos
sobre as cotas
nas universidades**

Página central

**Presidente da Aepet
fala do petróleo
brasileiro**

Páginas 28 e 29

**A Europa se fecha
e cria “campos de
concentração”**

Páginas 34 e 35

**Idéias entrevista
Nilze Carvalho**

Páginas 22 a 25

**Evo Morales e a
derrota da direita**

Páginas 30 e 31

**PL criminaliza
uso da Internet**

Páginas 36 e 37

As Eleições do Sisejufe em 12 registros fotográficos

Fotos: Henri Figueiredo



Apoiadora da Chapa 1 no TRF



No segundo dia de campanha, um encontro entre adversários na JF da Rio Branco



Primeiro presidente do Sisejufe no momento do voto



Urna do TRF foi a que recebeu maior número de votos



Presidente da Comissão Eleitoral (de pé) confere o escrutínio



Silvana Amorim e André Gustavo da Silva pouco antes da apuração



Primeiras urnas chegam para o início do escrutínio



Apoiadores da Chapa 2 fazem as contas



Juiz Cláudio Armando Couce de Menezes fiscaliza a apuração



Até o último voto: apuração se estendeu até a madrugada



Idéias EM REVISTA

Testada e aprovada

SISEJUFE

Filiado à Fenajufe e à CUT

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Thais Vilela (Estagiária de Jornalismo)
PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (MTb 20.478) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo
CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro.
IMPRESSÃO: DGD Artes Gráficas (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papéis Reciclados

Sindicalizados puderam votar em suas cidades

O sindicato disponibilizou 45 urnas, 11 delas urnas eletrônicas (todas localizadas na capital). Também no Centro do Rio de Janeiro foram colocadas 3 urnas fixas na capital (de lona). Para o interior, equipes de mesários levaram 19 urnas híbridas, ou seja, que tinham um ponto fixo de referência, mas percorriam as varas, juizados e zonas eleitorais. Além dessas urnas, 11 urnas com roteiros itinerantes co-

briam todos os locais com sindicalizados do Sisejufe no estado do Rio de Janeiro. Houve um aumento expressivo de comparecimento em 728 eleitores, representando 47% a mais em relação à eleição anterior (2005), que teve um comparecimento de 1.537 eleitores. Naquela eleição, eram 8 urnas fixas no Centro do Rio de Janeiro, 5 urnas itinerantes nos prédios do Centro (Lavrado, TRF, Rio Branco, Ve-

nezuela, TRE), 1 urna híbrida em Niterói, 1 urna híbrida em São Gonçalo, 4 urnas itinerantes no Interior e 2 urnas itinerantes na Capital, totalizando 21 urnas. Além do aumento do número de urnas (mais do que o dobro) e a colocação de urnas eletrônicas, o aumento em mais de 700 filia-dos na atual gestão também ajuda a explicar o aumento na participação do processo eleitoral.

Região	Eleição 2005	Eleição 2008	Variação Nominal	Variação Percentual
SISEJUFE	37	19	-18	-49%
TRF – Acre	382	474	92	24%
JF – Rio Branco	244	346	102	42%
JF – Venezuela	158	216	58	37%
TRT – Antônio Carlos Augusto Severo	104	99	-5	-5%
TRT – Lavradio Gomes Freire	97	81	-16	-16%
TRE – Wilson	130	248	118	91%
Capital	100	190	90	90%
Metropolitana	193	282	89	46%
Interior	92	310	218	237%
	1537	2265	728	47%

Sisejufe realiza a sua maior eleição

Foto: Henri Figueredo

Dos 3.777 sindicalizados aptos a votar nas eleições do Sisejufe, que se encerraram às 19h da quinta-feira, 7 de agosto, após três dias de pleito, 2.241 eleitores aptos a votar procuraram as urnas para eleger a diretoria no triênio 2008-2011 e os representantes sindicais de base, ou seja, 59,33% do total. Pela primeira vez, nos 19 anos do Sisejufe, o quorum qualificado de 50% dos filiados, exigido pelo estatuto, foi ultrapassado na primeira votação. O escrutínio começou pouco depois das 21h de 7 de agosto, no auditório do Sisejufe, com a fiscalização do juiz Cláudio Armando Couce de Menezes, do TRT da 17ª Região. Às 2h da madrugada de sexta-feira, 8 de agosto, a Comissão Eleitoral divulgou a ata de eleição que indica a vitória da Chapa 1 – MAIS Sisejufe com 1.357, ou 60,55% do total de votos (62,67% dos votos válidos).



Urna eletrônica nº 11, no TRE Sede, teve 248 votantes

Votos totais		
Chapa 1 – MAIS Sisejufe	1.357	60,55%
Chapa 2 – Viva Voz	808	36,05%
Votos Nulos	55	2,46%
Votos Brancos	21	0,94%
Total de votos	2.241	100%
Votos Válidos		
Chapa 1 – Mais Sisejufe	62,68%	
Chapa 2 – Viva Voz	37,32%	



TRF: Urna nº 2 foi a que recebeu maior quantidade de votos

Eleitos 17 representantes sindicais de base

Em paralelo à eleição para a direção do Sisejufe aconteceu a escolha de representantes sindicais de base – cuja eleição é prevista no estatuto do sindicato, mas até então nunca tinha ocorrido. A escolha desses representantes

é importante para ramificar a luta sindical dentro dos tribunais, varas e juizados e para estabelecer novos e importantes canais de comunicação entre a categoria e os dirigentes sindicais. Foram dados 1760 votos válidos, 219

brancos e 209 nulos. Estão eleitos 17 representantes e a eleição ainda indicou três suplentes (um no TRF, outro no TRT da Antônio Carlos e o último no TRT da Lavradio). Confira a relação dos eleitos.

Fotos: Henri Figueiredo

VOTAÇÃO PARA REPRESENTANTES SINDICAIS		
RESULTADO	APOSENTADOS (2 VAGAS)	Nº DE VOTOS
REPRESENTANTE	Cesar de Souza Barros	044
REPRESENTANTE	Francisco Costa de Souza	033
TRF (2 VAGAS)		
REPRESENTANTE	Ronaldo Almeida das Virgens	287
REPRESENTANTE	Márcio de Souza Marques	245
SUPLENTE	Jefferson Moreira de Oliveira	189
JF – RIO BRANCO (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Luiz Eduardo Ferreira Araújo	283
JF VENEZUELA (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Glauco Cesar Machado	084
SUPLENTE	Jackson Araújo de Abreu	059
TRT–A CARLOS / A SEVERO (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Carlos Alberto da Silva	064
LAVRADIO / GOMES FREIRE (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	David Batista Cordeiro da Silva	027
SUPLENTE	Luiz Alberto Feitosa	023
TRE (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	David Gonçalves Soares	206
ANGRA DOS REIS (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Maurício Martins de Souza	008
MACAÉ (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Conceição de Maria Fonseca	017
MAGÉ (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	João Rufino Vieira	006
SÃO JOÃO DE MERITI (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Sidnei Barbosa Seixas	043
NITERÓI (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Marisol Freire Sampaio	086
DUQUE DE CAXIAS (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Fernando Baeta Meyas	029
TRÊS RIOS (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Eudes Magalhães Junior	001
VOLTA REDONDA (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Luis Eduardo de Saboya Gomes	025
SÃO GONÇALO (1 VAGA)		
REPRESENTANTE	Josuel Ferreira da Silva	001
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS		1760
VOTOS BRANCOS		219
VOTOS NULOS		209





VOTAÇÃO GERAL POR URNAS

URNA	LOCAL	Nº	VOTOS EM	CHAPA	CHAPA	VOTOS	VOTOS
		VOTANTES	SEPARADOS	1	2	BRANCOS	NULOS
1	SISEJUFE	19	6	13	6	0	0
2	TRF	474	29	214	240	7	13
3	JF/RB – ANEXO II	225	37	203	18	0	4
4	JF/RB – ANEXO I	121	14	98	16	2	5
5	JF/VEN – BLOCO A	71	41	62	7	0	2
6	JF/VEN – BLOCO B	145	83	137	6	1	1
7	TRT – ANTONIO CARLOS	82	19	39	39	1	3
8	TRT – AUGUSTO SEVERO	17	16	6	11	0	0
9	TRT – LAVRADIO	73	6	27	45	1	0
10	TRT – GOMES FREIRE	8	5	6	2	0	0
11	TRE – SEDE	248	28	125	112	4	7
12	TIJUCA	16		14	2	0	0
13	COPACABANA	12		8	4	0	0
14	JARDIM BOTANICO	14		13	1	0	0
15	BAIXADA FLUMINENSE	16		10	6	0	0
16	SÃO JOÃO DE MERITI	48		36	11	0	1
17	NOVA IGUAÇU	27		16	11	0	0
18	DUQUE DE CAXIAS	35		19	15	0	1
19	NITERÓI	75		33	42	0	0
20	NITERÓI	30		9	21	0	0
21	SÃO GONÇALO	51		34	15	2	0
22	ITABORAI	16		10	5	0	1
23	MAGÉ	7		5	1	0	1
24	PETRÓPOLIS	17		11	5	1	0
25	TERESÓPOLIS	0	Uma anulada pela Comissão Eleitoral por apresentar maior número de votos do que assinaturas na listagem.				
26	NOVA FRIBURGO	17		11	6	0	0
27	TRÊS RIOS	13		7	2	0	4
28	ANGRA DOS REIS	8		8	0	0	0
29	VOLTA REDONDA	27		20	7	0	0
30	RESENDE	22		8	14	0	0
31	SÃO PEDRO DE ALDEIA	21		7	11	1	2
32	MACAÉ	17		14	3	0	0
33	CAMPOS	38		27	9	0	2
34	ITAPERUNA	15		12	3	0	0
35	CAPITAL – CENTRO/SUL	28		18	10	0	0
36	CAPITAL – ZONA NORTE 1	33		11	21	0	1
37	CAPITAL – ZONA NORTE 2	25		9	16	0	0
38	CAPITAL – ZONAOESTE 1	27		9	18	0	0
39	CAPITAL – ZONA OESTE 2	35		18	16	0	1
40	SERRANA 1	9		5	3	0	1
41	SERRANA 2	7		3	2	1	1
42	SUL FLUMINENSE 1	11		3	7	0	1
43	SUL FLUMINENSE 2	16		5	9	0	2
44	REGIÃO DOS LAGOS	16		7	8	0	1
45	NORTE FLUMINENSE	9		7	2	0	0
Total		2241	284	1357	808	21	55

Mais de 150 trabalhadores envolvidos na eleição

Fotos: Henri Figueiredo



Início de trabalho: 90 mesários ouviram instruções na primeira manhã

Henri Figueiredo*

Das 6h da manhã de terça-feira, 5 de agosto, 2h de madrugada de sexta-feira, 8 de agosto, o Sisejufe mobilizou uma equipe de mais de 150 trabalhadores para realizar as eleições para a diretoria e para os representantes sindicais de base. O custo aproximado foi de R\$ 61 mil, de acordo com o Departamento Administrativo do sindicato – investimento que será detalhado na prestação de contas periódica. Foram 90 mesários(as), 29 carros locados e, portanto, 29 motoristas, 8 escrutinadores(as) – além dos indicados pelas chapas – 4 técnicos do TRE, 2 seguranças e a equipe do sindicato (com 13 funcionários(as), além de estagiárias e advogadas).

Antes do amanhecer do primeiro dia de votação, a movimentação já era intensa com a chegada de mesários, fiscais das chapas e candidatos. Na terça, 5 de agosto, a primeira atividade do dia foi conduzida pela assessora política do Sisejufe, Márcia Bauer, que repassou as regras da votação. “Foi uma reunião para relembrarmos os procedimentos que já haviam sido detalhados em outros encontros com os mesários e fiscais, tudo de acordo com o Estatuto do Sisejufe e com o que foi debatido na Comissão Eleitoral”, disse Márcia. Enquanto repassavam as regras de votação, os colaboradores puderam tomar café da manhã no próprio sindicato.



Márcia Bauer: assessora política do Sisejufe

Primeira urna foi aberta no TRT

A primeira urna foi aberta no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, na avenida Antônio Carlos, por volta de 11h. Antes do começo da votação no prédio do TRT da Avenida Antônio Carlos, fiscais das Chapas 1 e 2 tiraram a “zerésima” da urna eletrônica – que garante que a urna está sem nenhum votado computado. Os servidores lotados no prédio do TRT da Antônio Carlos, mostraram que estavam com disposição de, além de eleger a nova direção do Sisejufe, cobrar as promessas de campanha da próxima direção. Muitos afirmaram que lutar por melhores condições de trabalho e pressionar o pagamento de passivos atrasados devem ser os pontos principais no triênio 2008-2011.

Foto: Max Leone



Lúcio: elogiou o processo democrático

Foto: Max Leone



Aos 72 anos: Sívlio é eleitor assíduo

Foto: Max Leone



Primeira a votar: Mirtes votou no TRT

É o que acha a técnica judiciária Mirtes Moreira, de 42 anos. Primeira a votar na urna instalada na entrada do prédio do TRT da Antônio Carlos, a servidora disse que a nova diretoria terá muito o que fazer para defender os interesses da categoria. Funcionária do tribunal há 24 anos, Mirtes considera importante participar de todas as atividades do sindicato para, assim, poder cobrar um trabalho efetivo da direção. “Há muita coisa a ser feita em favor da categoria, principalmente no TRT. Os maiores problemas a serem solucionados no tribunal são a questão da jornada de trabalho de 6 horas e o pagamento dos passivos que ainda não foram quitados pela Administração do tribunal”, explica a servidora.



Chegada: movimentação na entrada do Sisejufe, às 7h de 5 de agosto

O técnico judiciário e programador de computador Lúcio de Paula Corrêa, de 47 anos, também espera uma atuação forte do sindicato na fiscalização dos atos da Administração do TRT. Lotado na Secretaria de Gestão de Pessoas, Corrêa, que é sindicalizado há mais de dez anos, participou de várias eleições do Sisejufe. Ele destaca que as condições de trabalho dos servidores não são as melhores e precisam ser modificadas. Sobre as eleições elogiou o processo democrático que vem sendo desenvolvido e disse que tomou conhecimento das eleições por meio das publicações do Sisejufe e do material impresso das chapas concorrentes. “Independentemente da chapa que ganhar espero que a próxima gestão do sindicato cobre e fiscalize a Administração sobre os direitos do funcionalismo no que diz respeito aos passivos e as condições de trabalho dos servidores. Precisa ser uma cobrança verdadeira e não só para constar”, comentou logo após votar na urna eletrônica.



De saída: já com as urnas, rumo às seções



Maria Célia: “O sindicato somos nós!”

A votação correu tranqüila durante toda a terça-feira, 5 de agosto. No meio da tarde, na Justiça Federal da Avenida Venezuela, a espera para votar era de poucos minutos. Enquanto estava na pequena fila da urna eletrônica, a técnica Diana Maria Figueira, que é sindicalizada há 8 anos, lembrava a importância de participar da escolha dos dirigentes sindicais: “Participei de greves, de atos e, nestes 8 anos, tenho ficado satisfeita com as conquistas do sindicato”. Opinião semelhante tem Mailza Vaz de Melo, técnica judiciária há 10 anos. “Esta é a eleição mais limpa que eu já vi”, comentou Mailza pouco antes de depositar seu voto na urna de lona, já que foi recentemente transferida para a Avenida Venezuela e seus registros ainda a mostravam como lotada na Avenida Rio Branco. Só puderam votar nas urnas eletrônicas os servidores que estiverem relacionados na listagem

de lotados naquela seção. Os demais precisaram, como Mailza, votar em separado. Ainda na Justiça Federal da avenida Venezuela, a analista Maria Célia Albuquerque, sindicalizada há 8 anos, ressaltou a importância do processo eleitoral do Sisejufe. “É clara a democracia. A possibilidade dos sindicalizados escolherem seus representantes é também um momento importante na relação de cada um com o sindicato. Sinaliza para os demais funcionários a importância de ser sindicalizado e de se manter informado sobre os candidatos”, observa Maria Célia. E adverte: “Eu acho que a categoria fica esperando muito do sindicato, quando o sindicato somos nós, nós que devemos participar mais”. Pouco antes de registrar seu voto a servidora arriscou uma palavra de ordem: “O sindicato somos nós, nossa força, nossa voz”.

Às 20h de terça-feira, primeiro dia de votação, com números ainda não totalizados em função das urnas itinerantes que estão percorriam o interior fluminense, a Comissão Eleitoral calculava em mais de mil os votos depositados. Os horários de votação não foram coincidentes: no TRT da Capital, de 9h às 19h; nos TRTs do Interior de 11h às 18h. Na Justiça Federal, no TRF e no TRE o horário foi de 11h às 19h.

*Com Max Leone e Thaís Vilela.

Aposentados e Justiça Federal

Os aposentados marcam presença nas eleições do Sisejufe. Na sede do sindicato funcionou uma urna eletrônica exclusiva para receber votos dos aposentados. Já o servidor inativo do TRT, Silvio Cardoso Nascimento, de 72 anos, fez questão de votar na avenida Antônio Carlos. Funcionário do tribunal desde 1984, Nascimento se aposentou em 1997, mas não deixou de trabalhar. Atualmente exerce a advocacia e sempre participa das atividades e das eleições do sindicato, desde quando se filiou à entidade logo depois da fundação, há 19 anos. O aposentado afirma que a nova direção do Sisejufe deve continuar com a bandeira da isenção da cobrança previdenciária e do Imposto de Renda para os servidores inativos. “Defendendo o lado dos aposentados, o sindicato poderia pressionar o governo federal para que nos isente da contribuição previdenciária e até de Imposto de Renda”, reivindica.

Segundo e terceiro dias superam quorum estatutário

Max Leone*

No segundo dia de votação, quarta-feira, 6 de agosto, a votação foi encerrada com 48% de votos registrados – quase atingindo o quorum de 50% de sindicalizados exigido pelo Estatuto do Sisejufe para se evitar uma segunda eleição – daí com quorum mais reduzido. No último dia do pleito, quinta, 7 de agosto, além de conseguir os poucos votos que faltavam, os militantes de cada chapa estavam preocupados em ampliar a participação dos sindicalizados. Por isso, ocorreram “arrastões” em todos setores de trabalhos. No prédio do TRE, na Avenida Presidente Wilson, não foi diferente. Lá, até às 13h45m de 7 de agosto, 198 servidores haviam votado – de um total de 238 funcionários aptos a participar do processo eleitoral (ou seja, que se filiaram até o dia 6 de abril de 2008 ao Sisejufe). O número representava, aquela altura, uma participação de 83,19% do total de eleitores do TRE Sede. Os integrantes da mesa da urna número 11 computaram, ainda, 26 votos em separados até o começo da tarde do terceiro dia de votação.

O primeiro dia da eleição, 5 de agosto, foi o mais movimentado no TRE da Presidente Wilson. Na terça-feira, 128 servidores lotados no prédio deixaram seus votos na urna eletrônica, ou seja, 53,78% dos filiados que constavam na lista de votantes. Vinte votos em separados foram coletados. No segundo dia, mais 60 servidores compareceram à urna instalada no segundo andar do prédio do tribunal, chegando a 188 votos (78,99%). Cinco votos foram recolhidos em separado na urna de lona. No terceiro dia, o movimento foi mais lento. Até o início da tarde, as mesárias Camilla Barroso e Márcia Cristina computaram dez votos na urna eletrônica e um em separado.



TRT Lavradio: André Albuquerque retornou das férias só para votar

Como havia duas votações – uma para escolher a direção do Sisejufe e outra para definir os representantes de base – as mesárias tiveram sempre a preocupação de explicar o procedimento para os votantes. Em primeiro lugar, os servidores deveriam votar em uma das duas chapas concorrentes e, em seguida, escolher o representantes de base.

“Não tivemos maiores problemas, mas a maioria tinha pouca informação sobre a votação para eleger os representantes de base”, apontou a mesária Camilla Barroso. A mesária Márcia Cristina já trabalhou em outras eleições sindicais e em processos promovidos pelo TRE. Ela avalia que a escolha de uma direção de sindicato não é muito diferente de outras eleições. “Não vejo diferença. Os eleitores acabam escolhendo seus representantes no final das contas”, compara.

Um dos servidores que deixou para votar no último dia na urna 11 no prédio do TRE, foi o técnico judiciário e programador de sistema Renato Costa do Nascimento, de 24 anos. A demora, segundo ele, era devido à dúvida que ainda mantinha sobre em que chapa votaria. Depois de conversar com os colegas de trabalho ficou mais seguro e definiu o seu voto. “Deixei para o último dia porque precisava esclarecer algumas dúvidas. Os colegas do meu setor me ajudaram a dirimi-las”, explicou o servidor, que trabalha no TRE desde outubro de 2007 e é sindicalizado desde que ingressou no serviço público. Para Renato Nascimento, um dos pontos em que a próxima gestão do sindicato deve centrar fogo é no combate ao projeto de lei que congela os salários dos servidores públicos.

Decano do Sisejufe votou na Rio Branco

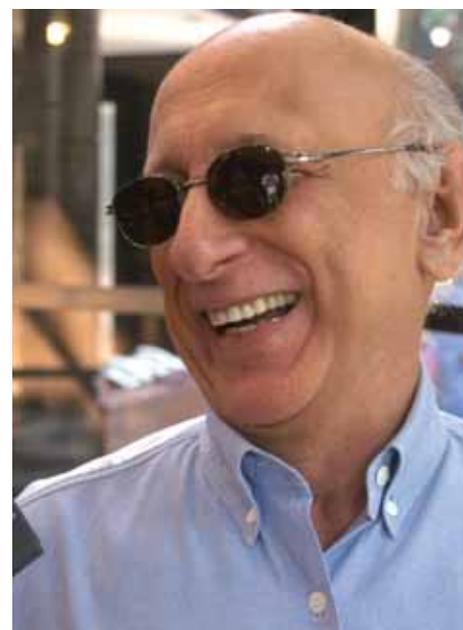
No fim da tarde de quinta-feira, próximo do horário de encerramento da votação, o oficial de justiça aposentado Sérgio Nelson Cortês Silveira procurou, orgulhosamente, uma das urnas da Justiça Federal da Avenida Rio Branco para depositar seu voto. Cortês integrou a primeira diretoria do sindicato, em sua fundação, há 19 anos, e foi escolhido pelo colegiado como presidente daquela primeira gestão.

Sorridente, o portador da matrícula sindical nº 5 elogiou o processo eleitoral e disse que faz questão de sempre participar dos momentos importantes para a categoria. “É

Fotos: Henri Figueiredo



Boca-de-urna: Gisele Silva, Pitersson Almeida, Sheila Santos e Alexandre Costa disputaram eleitores para as duas chapas na Av. Presidente Wilson



1º presidente: Cortês, 75 anos, votou na JF

um orgulho ver o crescimento do Sisejufe. Principalmente porque sempre precisamos de entidades fortes que representem bem os servidores do Judiciário Federal. Fico feliz por fazer parte dessa história e por ainda estar participando dela”, disse Cortês.

*Com Henri Figueiredo e Thaís Vilela.

Posse da nova diretoria é dia 27 de agosto

A posse da chapa MAIS Sisejufe para o triênio 2008-2011 na diretoria do sindicato será no dia 27 de agosto de 2008, à partir das 19h30min, no Clube dos Advogados (Rua Marechal Câmara, 210 – 3º andar – Centro – Rio de Janeiro). O evento terá a apresentação do grupo musical Razões Africanas, com as cantoras do Jongo da Serrinha Dely Monteiro, Lazir Synval e Luiza Marmello e com o cantor Lucio Sanfilippo. Convites para a posse podem ser solicitados aos diretores, em seus locais de trabalho, ou pelo endereço eletrônico contato@sisejuferj.org.br.



Madrugada: contagem dos últimos votos



Comissão Eleitoral: assinatura da ata final



Vitória: apoiadores da chapa 1 comemoram



Nominata da Diretoria Colegiada eleita para o triênio 2008-2011

- **Roberto Ponciano**
– JF Rio Branco (Técnico)
- **Valter Nogueira Alves**
– TRF/CCJF (Agente de Segurança)
- **Nilton Alves Pinheiro**
– TRT Antônio Carlos (Agente de Segurança)
- **Lucilene Lima Araújo de Jesus**
– TRT (Técnica Aposentada)
- **Vera Lucia Pinheiro dos Santos**
– TRT (Of. Justiça Aposentada)
- **Otton Cid da Conceição**
– TRF (Agente de Segurança)
- **Dulavim de Oliveira Lima Junior**
– JF Venezuela (Técnico)
- **Ricardo de Azevedo Soares**
– JF Venezuela (Analista)
- **João Ronaldo Mac-Cormick da Costa**
– TRE Sede (Téc. de Informática)
- **Mariana Ornelas de Araujo Goes Liria**
– TRF (Técnica)
- **Moisés Santos Leite**
– TRE Sede (Agente de Segurança)
- **Renato Gonçalves da Silva**
– TRF/CCJF (Agente de Segurança)
- **Marcos André Leite Pereira**
– JF São João de Meriti (Of. Justiça)
- **Angelo Canzi Neto**
– JF São Gonçalo (Técnico)
- **Og Carramilo Barbosa**
– JF Equador (Técnico)
- **Leonardo Mendes Peres**
– ZE de Nilópolis (Técnico)
- **Willians Faustino de Alvarenga**
– TRT Antônio Carlos (Técnico)
- **João Souza da Cunha**
– JF Venezuela (Analista)
- **Luiz Carlos Oliveira de Carvalho**
– JF Rio Branco (Agente de Segurança)
- **José Fonseca dos Santos**
– TRF (Agente de Segurança)
- **Marcelo Costa Neres**
– JF Venezuela (Técnico de Enfermagem)
- **Maria Cristina de Paiva Ribeiro**
– TRF/CCJF (Analista Bibliotecária)
- **Gilbert de Azevedo Silva**
– JF Venezuela (Técnico)
- **Marcio Loureiro Cotta**
– JF Rio Branco (Oficial de Justiça)

Por um sindicato combativo, independente de governos e centrais sindicais vendidas

A Chapa 2 – VIVA VOZ vem saudar os 808 servidores e servidoras que demonstraram, como nós, não abrir mão de um sindicato independente de governos e de entidades pelegas, como condição fundamental para a luta por permanente melhorias e resistência aos ataques contra nossos direitos.

Avaliamos que, nesse processo eleitoral, fomos vitoriosos pelo conteúdo da discussão que imprimimos. Por um lado, apresentamos propostas concretas em torno dos principais pontos de interesse geral e específico da categoria. Por outro lado, deixamos claro que é dever do sindicato combater e resistir aos projetos do governo que estão em trâmite avançado no Congresso e que são frontalmente contrários a nós, servidores, e ao serviço público.

Esse foi o nosso grande diferencial em relação à chapa da situação que, propositadamente, omitiu essa discussão da sua campanha e programa por ter estreito atrelamento político com a CUT. Tal entidade, desde 2003, corrobora incondicionalmente com toda a política do governo, visando benesses, sobretudo, de ordem financeira (como é o caso da nova taxa sindical).

Ao invés da chapa situacionista posicionar-se em relação às nossas denúncias contra os diversos projetos “anti-servidor” em



andamento (PLP 01/07 – congela até 2017 os salários, PLP 248/98 – acaba com a estabilidade, PLP 92/07- contratação de funcionários pela CLT, PL1992/07 – regulamenta os fundos de pensão, PL 4.497/01 – acaba com o direito de greve, Lei 11.648/08 – cria a nova taxa sindical de 1% da renda anual, PEC 12/06 – calote no pagamento dos precatórios, etc), preferiu dizer que a oposição fazia “terrorismo” e criticava o governo federal “por motivos partidários”, por “sectarismo”.

Ora, na verdade, motivos partidários tem a situação (seus líderes pertencem aos partidos governistas) quando mantém a postura de

falsa “neutralidade” que não passa de um encobrimento e defesa velada das atuais políticas impostas.

Nessas eleições sindicais a maioria dos que votaram preferiu aderir ao discurso pragmático da direção (o do velho “sindicalismo de resultados”), que foi massificado durante os três anos de mandato. Da nossa parte, nos recusamos a vender falsas ilusões, falsas expectativas e falsas facilidades.

Acontece que a nossa realidade não está tão tranqüila e promissora como diz a situação. Pelo contrário. Alertamos que se não reagirmos enquanto há tempo a tendência é que regridamos a uma situação absolutamente calamitosa, como já vivemos.

Entendemos que sindicato é para reivindicar os interesses imediatos da categoria, mas sem abrir mão de uma política clara voltada para a garantia e sustentação dos nossos direitos, a longo prazo. Isso pressupõe o firme combate às permanentes tentativas de retirada desses direitos pelos representantes das elites no poder.

Da nossa parte, vamos continuar insistindo nesta perspectiva e conclamamos todos os servidores à luta. Saudações.

Integrantes e apoiadores da CHAPA 2 – VIVA VOZ.

Testada e aprovada: a categoria elege a Chapa 1 como a grande vencedora

As eleições do Sisejufe demonstraram que a categoria aprovou a gestão realizada pela atual diretoria e confirmou nas urnas a chapa MAIS Sisejufe, com 63% dos votos válidos. O interesse da categoria nas questões sindicais fez com que, nestas eleições, o quorum fosse ultrapassado, na primeira votação e pela primeira vez nos 19 anos de existência do sindicato. A participação de quase 60% de filiados e filiações ao sindicato é o reconhecimento de que a nossa entidade sindical atingiu um novo, e mais avançado, patamar.

A aprovação da gestão atual se deu devido às políticas implementadas pelo sindicato, com mobilizações, assembleias e ações jurídicas na defesa dos direitos coletivos ou individuais. E também pelo fomento de atividades culturais, através de botequins, saraus, peça de teatro, espetáculos musicais ou com a realização dos cursos de formação específica ou geral (alguns com validade para o Adicional de Qualificação).

A categoria optou pela Chapa 1 por depositar nela a esperança e a confiança em uma gestão participativa e que tratou com responsabilidade as finanças do sindicato. A atual gestão, que encerra um ciclo vitorioso à frente do sindicato, participou das mobilizações nacionais para garantir a aprovação do PCS, de atividades específicas convocadas pela Fenajufe como, por exemplo, os coletivos nacionais dos agentes de segurança, dos oficiais de justiça, dos aposentados, das mulheres, o congresso nacional da federação e plenárias ampliadas. Nesses momentos, o Sisejufe sempre se fez e se fará presente com representação legítima e significativa. Para além da atuação setorial, a atual gestão conseguiu refor-



mar a sede do sindicato, adequando o espaço para as políticas de formação, cultura e participação política.

A política de interiorização do sindicato foi outro elemento importante para a ampliação da participação no processo eleitoral. Um sindicato estadual com políticas para todos os associados e associadas.

A atual gestão se fez presente em todos os fóruns e correspondeu às demandas da categoria. Com isso, houve a migração de apoios de um campo para outro, da oposição para a situação, cujo maior marco foi a grande transferência de votos no TRF. Na eleição de 2005, por exemplo, a chapa da atual diretoria obteve 10% dos votos no TRF. Nesta eleição, ultrapassamos os 47% do eleitorado naquele Tribunal num claro sinal de aprovação das políticas implementadas pela direção do Sisejufe.

As propostas da Chapa 1 – MAIS Sisejufe durante a campanha foram claras, objetivas, situadas no campo da luta dos servidores públicos e na busca pela melhoria de vida da categoria. O Plano de Carreira, com aumento salarial, é sem dúvida a grande bandeira de luta e de mobilizações que o Judiciário, em âmbito nacional, vai travar

neste próximo período. O Sisejufe está à frente desse debate em todo País. Agora é a hora de ampliar a discussão e colher mais colaborações da base sobre qual carreira cada um de nós planeja para nossas vidas.

A responsabilidade da chapa eleita é grandiosa e já começamos o trabalho para corresponder às expectativas dos 63% dos eleitores que nos confiaram o voto e dos demais, e importantes, atores do cenário político da categoria. As conquistas são para todos. Vamos sempre trabalhar com isso em mente, com a convicção que nestes três anos teremos mais conquistas, como a redução da jornada de trabalho, melhores condições de saúde, e o atendimento de reivindicações específicas de cada segmento do judiciário – servindo de suporte para todo sindicalizado resolver questões de desigualdade de gênero, de idade, orientação sexual, políticas inclusivas para portadoras de deficiência. Nós, da direção eleita, agradecemos e parabenizamos os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. Esta vitória é, na verdade, da maturidade da categoria que quer MAIS conquistas e um sindicato forte e de luta!

Diretoria Colegiada da Chapa 1 – MAIS Sisejufe eleita para o triênio 2008-2011.

As eleições e a federalização da JE

João Mac-Cormick*

Continuando a matéria publicada no número anterior de "Idéias em Revista" no intuito de problematizar o tema, esta segunda parte tratará de um assunto já aventado por alguns críticos do processo eleitoral brasileiro. Como já abordado anteriormente, seria economicamente viável juntar cartórios em varas eleitorais apenas para tratar da questão jurisdicional, função precípua do Poder Judiciário.

Entretanto, para discutir a federalização da JE é necessário falar do processo eleitoral uma vez que a Justiça Eleitoral (JE) é responsável por 90% do processo, o qual não seria um trabalho jurisdicional, na concepção da divisão entre poderes no seio do Estado Moderno iniciada por Montesquieu.

Discutir o processo eleitoral, que é umbilicalmente ligado à JE no modelo brasileiro, é voltar na história e entender que o TSE foi criado em 1932, numa época em que a democracia ainda era incipiente. Com o passar do tempo, conceitos de uma democracia moderna, como a inviolabilidade do voto, a transparência da eleição e o voto universal foram aperfeiçoados.

Na divisão de tarefas do processo temos a parte jurisdicional, ou seja, o julgamento de lides judicantes conferidos à uma Justiça especializada, de envergadura federal com juízes estaduais em 1ª instância, e não à Justiça Comum.

TSE e os acúmulos de poderes

Na tarefa reguladora percebemos uma "aberração" deste modelo. O TSE tem atribuições que seriam destinadas ao Legislativo, tais como regulamentar, através de resoluções próprias, os procedimentos de todos os atores, inclusive os da fiscalização, determinando como estes podem ou não podem proceder, inclusive tendo o poder de julgar recursos de seus próprios atos em última instância.

Alguns fatos revelam isto, como por exemplo, o caso Proconsult, ocorrido em 1982. Durante o processo de totalização, com auxílio de computadores, anunciava-



Foto: Henri Figueiredo

João Mac-Cormick e Ana Claudia Braga, secretária de Gestão de Pessoas do TSE, durante o 1º Encontro Estadual da Justiça Eleitoral, em 23 de julho, no Sisejufe.

Na tarefa reguladora percebemos uma "aberração" deste modelo. O TSE tem atribuições que seriam destinadas ao Legislativo, tais como regulamentar, através de resoluções próprias, os procedimentos de todos os atores, inclusive os da fiscalização, determinando como estes podem ou não podem proceder, inclusive tendo o poder de julgar recursos de seus próprios atos em última instância.

se a vitória do candidato Moreira Franco ao governo do Rio de Janeiro. Naquela época, a Rádio Jornal do Brasil montou um esquema paralelo de totalização e indicava a vitória de Leonel Brizola. Após iniciada uma investigação, os escritórios da Proconsult foram abandonados e, reinicializado o processo de totalização, foi eleito Brizola para governador do Rio de Janeiro.

Na época se alegava erro de programação, mas não se "descobriram" os responsáveis. Quem era responsável pela totalização? O TSE. Quem era responsável pela investigação? O TSE. Quem era responsável pelo julgamento? O TSE. Parece que o "espírito de corpo" se fez presente.

Poderíamos citar o caso de o TSE não

julgar um recurso contra seus próprios atos, tornando-o sem objeto, mas lembremos da decisão polêmica o ano passado referente à fidelidade partidária. Depois de os ministros "regulamentarem" a fidelidade partidária, muitas críticas do Legislativo foram ouvidas. Tramita no Congresso o Projeto de Decreto Legislativo 397/2007, que visa disciplinar a fidelidade partidária.

No próximo número desta revista, apresentarei outras questões relativas ao processo eleitoral, sinalizado assim, assuntos que também devem ser analisados neste complexo tema que é a Federalização da JE.

*Técnico Judiciário (TRE) há 12 anos, diretor do Sisejufe.

A CUT e a luta pela democratização do serviço público

Neusa Luzia Pinto*

Foi a partir da ação da classe trabalhadora organizada que conquistamos, na Constituição de 1988, a extensão do direito de greve aos servidores públicos. A conquista pode ser considerada um marco na história do movimento sindical brasileiro, e em particular, dos servidores públicos municipais, estaduais e federais.

Há 20 anos, as conquistas que estão na Constituição possibilitaram que as lutas sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público fossem elevadas a um patamar de destaque no cenário do movimento sindical brasileiro. Dispensa maiores comentários o papel das organizações de servidores na construção da CUT e no avanço do sindicalismo classista, independente e plural que os ventos do novo sindicalismo trouxeram.

Hoje, depois de duas décadas de mobilização, greves e conquistas, qualquer análise que leve em conta as debilidades e avanços, as idas e vindas e as vitórias e os reveses do movimento sindical da categoria, apontará necessariamente como grande desafio a ser superado a falta de um processo formal de negociação com os Poderes Públicos.

A CUT defende a auto-organização dos sindicatos como principal item de sua concepção sindical. A greve, por exemplo, é considerada por nós como o último recurso para resolução de conflitos e deve ser auto-regulamentada pelos trabalhadores. O que precisamos é criar mecanismos que evitem a necessidade de utilização desse recurso extremo. O direito de negociação coletiva para o serviço público é, em nossa opinião, esse mecanismo.

As negociações com os governos vêm se dando de forma fragmentada e com níveis de informalidade e improvisação claramente nocivos aos interesses dos trabalhadores(as) do serviço público. Os governantes, muitas vezes, se aproveitam deste vazio jurídico-legal para abrir e encerrar negociações a seu bel prazer e jogar servidores em greve contra a população.

A conquista do direito de negociação coletiva e sua urgente regulamentação são pressupostos básicos da democratização da sociedade. Não é à toa que a ratificação da



Neusa no 1º Encontro Nacional sobre Jornada de 6 horas, com Roberto Policarpo (Fenajufe) e Ponciano

Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma prioridade da central, e devemos exigí-la de maneira ofensiva para a conquista dos direitos dos servidores públicos, com ou sem greve. O Governo Lula, desde janeiro, se comprometeu com a ratificação da Convenção 151 e com a instituição do grupo de trabalho que construirá o instrumento legal para estabelecer esta política e a metodologia para o novo formato da Mesa Nacional de Negociação, que foi suspensa pelo governo no ano passado. As convenções da OIT – agência da ONU criada em 1949 – são tratados internacionais que, uma vez aprovadas pela Conferência Internacional do Trabalho, podem ser ratificadas ou não pelos países membros.

Os principais objetivos da Convenção 151 são: a proteção do direito de organização e das condições de trabalho na função pública, a garantia aos servidores públicos do direito de livre organização sindical e de negociações coletivas, em todas as esferas, com o Poder Executivo.

O presidente Lula já encaminhou ao Congresso mensagem propondo a ratificação. Em grande contradição, apresentou iniciativas que se contrapõem aos interesses dos(as) trabalhadores(as), como o PLP 01, a proposta de implantação da Previdência Complementar (Funpresp), a idéia de criar uma lei de greve, e a apresentação de um

novo modelo de gestão pública baseada em princípios de flexibilização que são antagônicos ao que defendemos para o serviço público, sob o nome de Fundação Estatal. Assim a pressão sobre os parlamentares e a difusão na sociedade sobre a importância da 151 é fundamental para revertermos esse quadro.

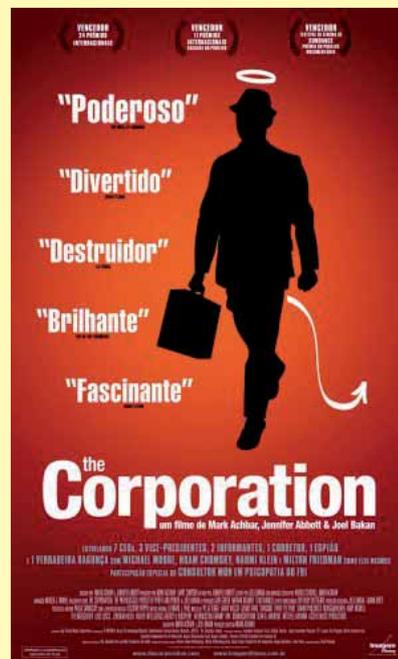
No início de agosto, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara votou a favor da ratificação. Mas a proposta ainda segue tramitando na Câmara e depois ainda vai ao Senado. Portanto, é hora de pressionar deputados e senadores, seja através de e-mails, telefonemas ou cartas. É muito importante também assinar o abaixo-assinado da CUT e engrossar nossas mobilizações em defesa da ratificação.

A Central Única dos Trabalhadores, em seus 25 anos de lutas e conquistas, é a central sindical que organiza a maioria dos(as) trabalhadores(as) do serviço público do país, sejam eles municipais, estaduais ou federais. Em nossa 12ª Plenária Nacional, a CUT aprovou uma Jornada Nacional de Lutas e Mobilizações que tem como um dos eixos prioritários a exigência da ratificação da Convenção 151. Reafirmamos a luta e convocamos a sociedade brasileira a juntar-se a nós.

*Servidora pública federal.
É presidente da CUT-RJ.

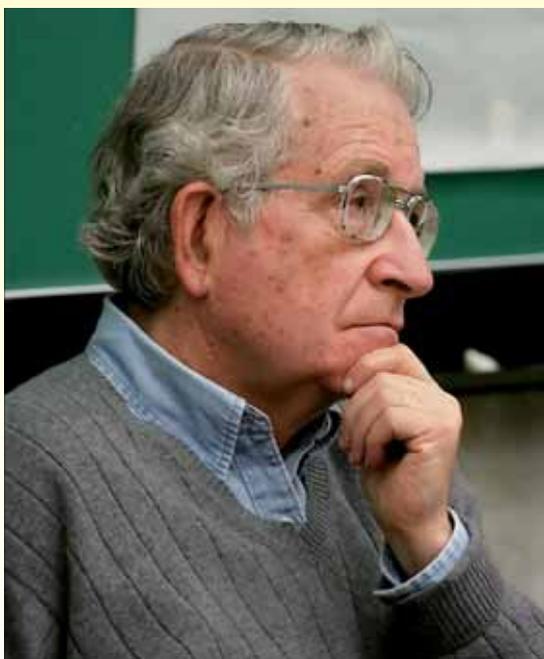
■ DVD – The Corporation (Documentário, Canadá, 145 minutos)

O documentário *The Corporation* (Canadá, 2004) está mais atual do que nunca. Dirigido por Jennifer Abbott e Mark Achbar, o filme investiga, em 145 minutos, o poder das corporações no mundo contemporâneo. A partir da polêmica decisão da Suprema Corte de Justiça norte-americana de que uma corporação, aos olhos da lei, é uma “pessoa”, os autores analisam o *modus operandi* das grandes empresas, a exploração da mão-de-obra barata no Terceiro Mundo e a devastação do meio ambiente. Entre os entrevistados, presidentes de corporações como a Nike, Shell e IBM, intelectuais como Noam Chomsky e Milton Friedman, o cineasta Michael Moore e as ativistas Vandana Shiva e Naomi Klein (presenças constantes nas edições brasileiras do Fórum Social Mundial). O documentário foi premiado em diversos festivais de cinema, entre eles no Sundance Film Festival, no Festival da Filadélfia, no Festival de Documentários de Amsterdã e no Festival de Vancouver. No Rio de Janeiro, foi exibido na mostra Panorama do Cinema Mundial, do Festival do Rio 2004. Hoje, o DVD pode ser facilmente encontrado em boas locadoras. Um choque de realidade para os arautos do “mundo livre”.



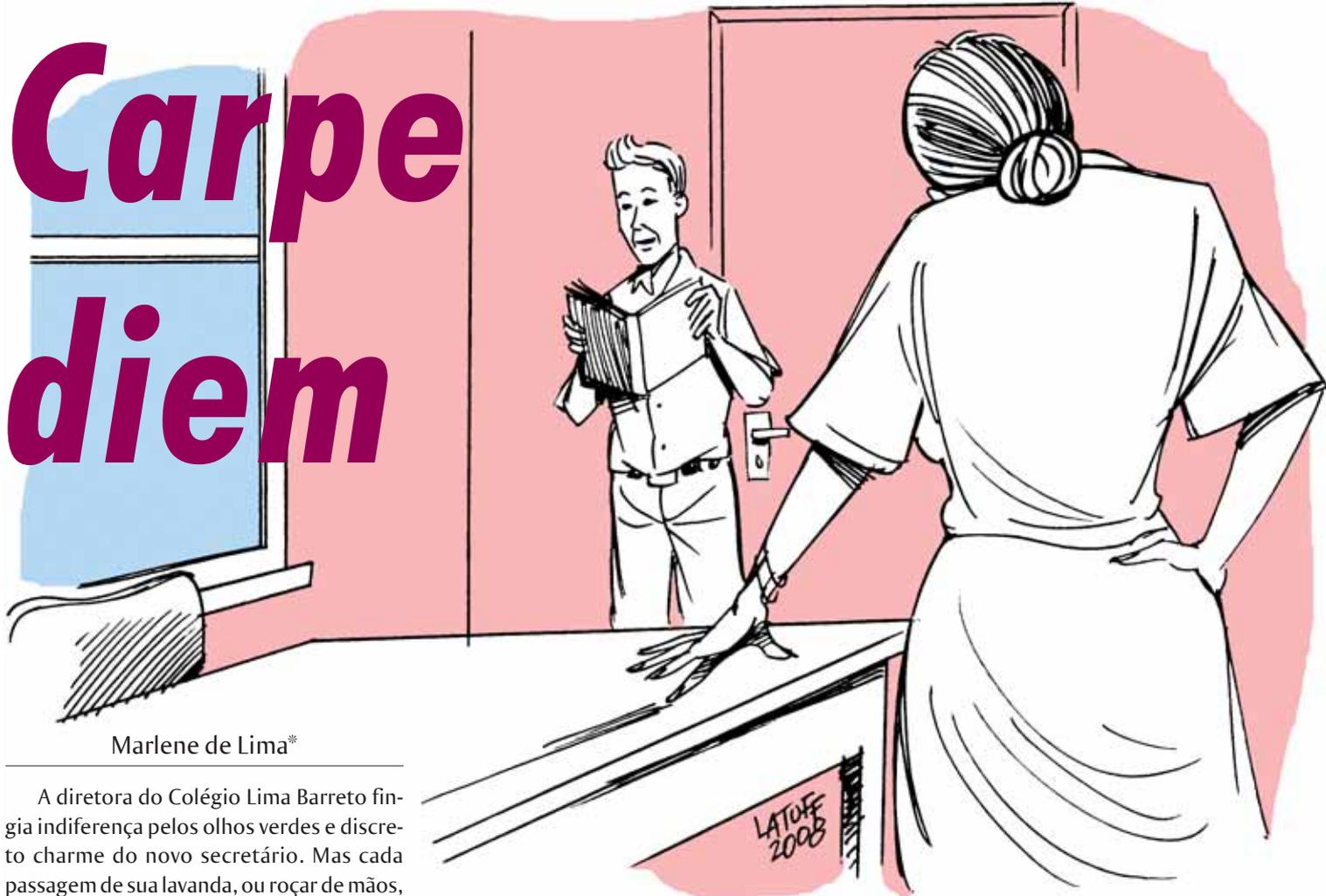
Ser humano: ferramenta de produção e unidade de consumo

“Uma das características dos sistemas econômicos contemporâneos é impor flexibilidade a mercados de mão-de-obra. E isso é considerado maravilhoso. Tais mercados devem ser flexíveis. É um jeito sofisticado de dizer que não se sabe quando se vai para a cama, à noite, se estará empregado, pela manhã. Isso contribui para a eficiência. Qualquer um que tenha estudado economia entende que se tem mais eficiência se as pessoas não tiverem segurança – sem que se saiba o que lhes acontecerá no dia seguinte. Pessoas que possam ser movimentadas, como uma ferramenta. Então, com flexibilidade do mercado de mão-de-obra tem-se um tipo de eficiência. Mas, claro, isso tem um custo. Por exemplo, um dos custos são doenças mentais. O Organização Internacional do Trabalho fez um estudo recente constatando que a incidência de doenças mentais entre trabalhadores aumentou consideravelmente. Algo que atribuem, de modo plausível, à insegurança dos trabalhadores. Por outro lado, pode-se olhar isso como um jogo. Então, quando Allen Greenspan, do Federal Reserve, disse ao Congresso que economia maravilhosa ele estava tocando, atribuiu boa parte disso ao que ele chama de “aumentar a insegurança do trabalhador”. Porque, aí, as pessoas não vão pedir, têm medo de pedir melhores salários ou mais benefícios. Os lucros sobem, a inflação mantém-se baixa e se tem uma economia de conto de fada. Exceto para a população. Mas eles são ferramentas. Ferramentas de produção e unidades de consumo.”



Noam Chomsky (foto à esquerda), norte-americano, professor de Lingüística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês). Trecho [*Labour Market Flexibility*] do filme *The Corporation*.

Carpe diem



Marlene de Lima*

A diretora do Colégio Lima Barreto fingia indiferença pelos olhos verdes e discreto charme do novo secretário. Mas cada passagem de sua lavanda, ou roçar de mãos, eram motivos de pulsações inconfessáveis. Teria uns vinte e oito. “Menos vinte e dois que os meus cinqüenta” – gemia.

Dia da Árvore. Sozinha na sala, se lembrava do primeiro dia de Orestes.

“Orestes de Oliveira, professora. Estou vindo da Seção de Pessoal.”

“Ah! Orestes? Nome de pastor.”

“Evangélico?”

Ela se arrependeu da risada.

“Não, do campo. Pastor do Arcadismo.”

“Arca o quê?”

“Arcadismo. Um estilo literário. Bem, deixemos pra lá. Isso é mania de quem vive metida numa escola, dia e noite.”

Quase um ano, e a mesma timidez. Marília dispensou as turmas do segundo turno, para uma passeata ecológica.

Colégio quase vazio. Por volta das cinco, ele apareceu mansamente trazendo um livro.

“Levando livro pra ler em casa, Orestes?”

“É, professora, tenho lido poesias, quantas dá.”

“Jura? Isso é ótimo. Tem lido que poetas?”

“Este é de Tomás Antônio Gonzaga.”

Excelente ocasião de esticar o papo.

Enfim, um ponto em comum.

“Então, leia uns versos para mim.”

Puxando pelo sotaque mineiro, ele caprichou:

Ornemos nossas testas com as flores
e façamos de feno um brando leito;
prendamo-nos, Marília, em laço estreito,
gozemos do prazer de são amoros.
Sobre nossas cabeças,
sem que o possam deter, o tempo corre;
e para nós o tempo, que se passa,
também, Marília, morre.”

Calou-se aguardando o veredicto.

Silêncio na sala. Pela vidraça, um solzinho fraco dourava o topete castanho do secretário. Ela se levantou e contornou a mesa. Encheu-se de coragem. Essa alusão ao tempo sempre tocava numa tecla sensível. Era agora ou nunca. Pediu forças a Afrodite.

“Belo exemplo do *carpe diem*. Sabe o que é *carpe diem*?”

“Sei, mas não lembro agora” – mentiu.

Ela caminhava para ele, devagar, como quem pisa nas palavras ditas.

“Desfrutar o momento presente, antes que ele acabe” – explicou.

“É latim, não é?”

A distância diminuía. Respirações lá do fundo do peito. A mestra esticou sensualmente a reposta:

“É...é... latim.”

Orestes sorriu, desamparado. Marília o mantinha seguro pelo olhar.

“Sempre achei você bonita como a Marília de Dirceu...” – Arriscou.

“...ou de Orestes, quem sabe?” – completou a diretora, no limite.

O livro caiu no carpete cinza, que de brando leito de feno não tinha nada. Mas quem estava se importando com detalhes?

Já era noite quando os amantes saíram do Lima Barreto. Foi o início de uma longa história. E, pondo de lado a maledicência alheia, esta se enquadra entre as melhores lembranças de vida profissional da aposentada Marília Motta de Sá, que soube como ninguém colocar a arte literária a seu serviço. E ainda há quem diga que poesia não serve para nada.

*Funcionária aposentada do TRT-RJ.

Menino de Rua

Roberto Ponciano*

Fui um menino de rua, não nesta acepção feia que a palavra tomou hoje, de crianças que não têm lar para onde voltar, ou quando têm, não podem chamar aquilo de lar e optam por ficar na rua, ao relento, a sofrerem toda sorte de violência doméstica. Quando eu era criança, a crise que se abate sobre nós ainda não tinha condenado milhões de crianças a este epíteto de “criança de rua”, havia pobreza, mas não esta quantidade de meninos vagando pelas cidades. Criança de rua é uma expressão absurda, nenhuma criança é da rua, estas crianças estão na rua, a nossa indiferença e nosso descaso as jogou lá. Não é a pobreza que as condena à rua; Cuba, um país pobre, tem uma frase, escrita no aeroporto de Havana, que sempre me arrepiou: Hoje milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma delas é cubana.

Isto explicado, insisto que criança de rua fui, numa outra acepção, de criança brincando ao vento despreocupada, com outras dezenas de crianças da vizinhança, cujos pais não sofriam os terrores e as neuroses dos dias de hoje. Não havia esta “guerra do tráfico”, esta preocupação neurótica com violência, notícias de pedofilia, de rapto de crianças. Nossos pais nos deixavam a brincar na rua, as crianças tomando contas umas das outras, com quase nenhum medo. Afinal, à época, morava na Baixada Fluminense, num bairro em que os carros contavam-se nos dedos e os perigos para uma criança eram rasgar o pé em um caco de vidro por correr descalça, cair da laje soltando a pipa (este um perigo um pouco

*Era uma vez um tempo de pardais, de lampiões de gás
Quando ainda havia fadas
No bonde havia um anjo para guiar, outro pra dar lugar (...)
Veio o Marquês de uma terra então perdida
E mais uma vez se fez dono da vida
Mandou plantar cem dúzias de avenidas para sepultar de vez as margaridas*

Paulinho Tapajós

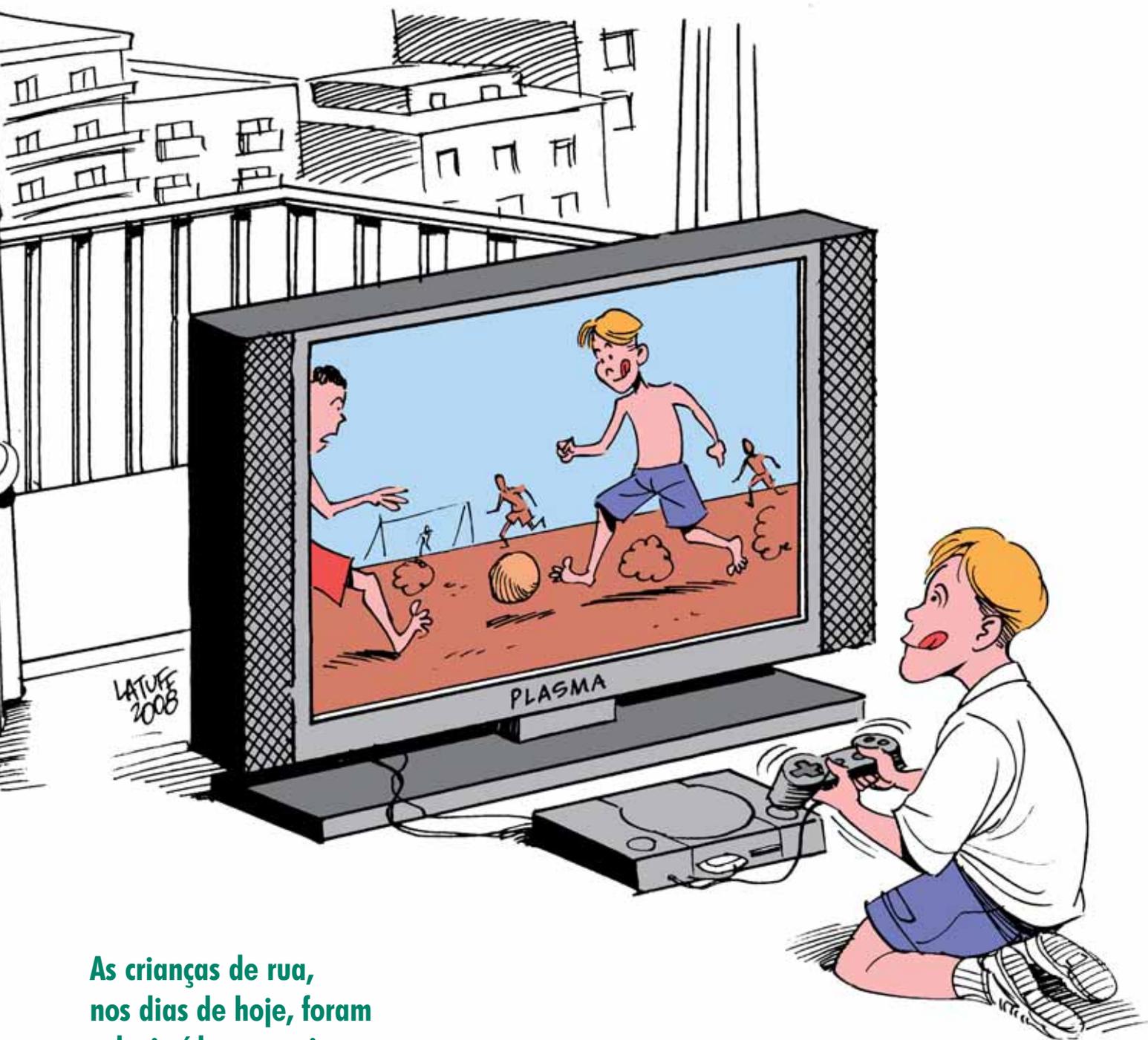
maior), tomar uma picada de marim-bondo, brigar na rua e voltar com um olho roxo (correndo o risco de apanhar de novo em casa)... nada das desgraças do mundo moderno, nada dos pesadelos que assolam os pais hoje em dia. A vida das crianças pobres (e não miseráveis) era uma vida boa, umas acompanhando as outras nas brincadeiras de rua.

E agora me dá uma grande angústia ao perceber que, talvez, minha geração tenha sido a última geração de crianças de rua, de crianças criadas na rua, correndo ao vento, colhendo fruta, jogando bola com o pé descalço, brincando de pique, jogando pelada e chutando o chão, chutando lata, chutando tudo que fosse parecido com uma bola. Comendo goiaba, comendo amêndoas, comendo cajá, comendo jambo, comendo carambola, chupando cana, na maioria das vezes, roubando as frutas da casa do vizinho, o que as tornava bem mais saborosas... Uma geração que aprendeu na rua muito mais coisa que podíamos imaginar aprender. Aprender a ser gente, a compartilhar, a repartir, a ser solidário, a vida em comunidade, a chorar, a consolar e ser consolado, a brigar junto, a fugir junto, a criar laços e comunidades, a se preocupar com o outro. Aprendizado não teórico, que trago no fundo da minha alma até hoje. Por mais que os anos passem, por mais que estude, que aprenda, que me aperfeiçoe, que ganhe diplomas, nada mais sou

que uma criança da Baixada Fluminense. Eu saí da rua da minha infância, mas as ruas da minha infância, tudo que aprendi nelas, não saíram e não vão sair de dentro de mim até a morte. Serei sempre, graças a Deus, até o suspiro final, o menino de uma rua da Baixada Fluminense.

As crianças de rua, nos dias de hoje, foram substituídas por crianças de apartamento, videogame, jogo em rede, internet. Uma geração robotizada, presa no medo (justificável ou não) dos pais, que temem a violência, que trabalham demais porque temem perder o emprego, que temem que os filhos sejam raptados, sequestrados, que hiperprotegem uma geração que vai mais e mais e mais e mais e mais se individualizando, se educando pela TV, pelos chats, pelas lan houses e cada vez menos pelo cheiro da fruta, pela carícia do vento, pelo nascer do sol, pelo nascer da lua, pela chuva no rosto, pelo futebol na chuva, pelo pique-esconde.

Medo da violência, medo do contato humano, casas cada vez mais fechadas, condomínios cada vez mais fechados, próximos cada vez mais distantes, gente cada vez mais desumanizada ao nosso olhar. A geração Xuxa realmente teve infância? Quando eu era criança não tinha tempo para assistir TV, a rua me fascinava e prendia. Hoje, o espetáculo ao vivo das ruas



As crianças de rua, nos dias de hoje, foram substituídas por crianças de apartamento, videogame, jogo em rede, internet. Uma geração robotizada, presa no medo (justificável ou não) dos pais, que temem a violência (...) uma geração que vai mais e mais se individualizando, se educando pela TV.

cada vez se afasta mais para as pequenas cidades sem violência, que agora estão cada vez mais distantes de qualquer centro urbano, pois as cidades medianas copiam das cidades grandes no medo, no trânsito, na organização de classes das ruas e dos condomínios fechados onde bens e pessoas ficam trancadas em gaiolas de luxo.

Pobre geração criada sem ruas, que sonhos sonharão? A lua em seus sonhos será virtual? Os seus desejos serão expressos no Orkut? Suas fantasias expressas no Youtube? Estamos cri-

ando prisões em nossas ruas e casas, vivendo vidas de condenados perpétuos e condenando nossos filhos às mesmas penas. Precisamos reconquistar a rua e a praça como lugares comuns, arrancar as grades, conversar com o pipoqueiro, retomar aquele sentido comunal que tínhamos em nossas vidas, e olha que esta outra vida, mais humana e fraterna, ocorria não faz muito tempo...

*Escritor, diretor do Sisejufe.

1 *As cotas ferem o princípio da igualdade, tal como definido no artigo 5º da Constituição, pelo qual “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”. São, portanto, inconstitucionais.*

RESPOSTA Na visão, entre outros juristas, dos ministros do STF, Marco Aurélio de Mello, Antonio Bandeira de Mello e Joaquim Barbosa Gomes, o princípio constitucional da igualdade, contido no art. 5º, refere-se a igualdade formal de todos os cidadãos perante a lei. A igualdade de fato é tão somente um alvo a ser atingido, devendo ser promovida, garantindo a igualdade de oportunidades como manda o art. 3º da mesma Constituição Federal. As políticas públicas de afirmação de direitos são, portanto, constitucionais e absolutamente necessárias.

2 *As cotas subvertem o princípio do mérito acadêmico, único requisito que deve ser contemplado para o acesso à universidade.*

RESPOSTA Vivemos numa das sociedades mais injustas do planeta, onde o “mérito acadêmico” é apresentado como o resultado de avaliações objetivas e não contaminadas pela profunda desigualdade social existente. O vestibular está longe de ser uma prova equânime que classifica os alunos segundo sua inteligência. As oportunidades sociais ampliam e multiplicam as oportunidades educacionais.

3 *As cotas constituem uma medida inócua, porque o verdadeiro problema é a péssima qualidade do ensino público no país.*

RESPOSTA É um grande erro pensar que, no campo das políticas públicas democráticas, os avanços se produzem por etapas seqüenciais: primeiro melhora a educação básica e depois se democratiza a universidade. Ambos os desafios são urgentes e precisam ser assumidos enfaticamente de forma simultânea.

4 *As cotas baixam o nível acadêmico das nossas universidades.*

RESPOSTA Diversos estudos mostram que, nas universidades onde as cotas foram implementadas, não houve perda da qualidade do ensino. Universidades que adotaram cotas (como a Uneb, Unb, UFBA e UERJ) demonstraram que o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas é o mesmo, não havendo diferenças consideráveis. Por outro lado, como também evidenciam numerosas pesquisas, o estímulo e a motivação são fundamentais para o bom desempenho acadêmico.



Fonte: Laboratório de Políticas Públicas – UERJ

5 *A sociedade brasileira é contra as cotas.*

RESPOSTA Diversas pesquisas de opinião pública mostram um progressivo e contundente reconhecimento da importância das cotas na sociedade brasileira. Mais da metade dos reitores e reitoras de universidades segundo ANDIFES, já é favorável às cotas. Pesquisas da Cor, na ANPED e na ANPOCS, duas das principais associações de políticas do Brasil, bem como em diversas universidades, mostram a comunidade acadêmica às cotas, inclusive em áreas consideradas “mais competitivas” (medicina, direito, engenharia, comunicação e alguns jornalistas têm fustigado, particularmente, as cotas. Mas isso não significa, obviamente, que a sociedade as rejeita.

6 *As cotas não podem incluir critérios de cor, porque isso é discriminatório devido ao alto grau de miscigenação da sociedade brasileira, que impossibilita distinguir o branco no país.*

RESPOSTA Somos, sem dúvida nenhuma, uma sociedade mestiça, mas o valor dessa mestiçagem é um tema retórico no Brasil. Na cotidianidade, as pessoas são discriminadas pela sua cor, sua etnia, sua origem, seu sexo e sua opção sexual. Quando se trata de políticas públicas de afirmação de direitos, nossa sociedade não se desmancha. Mas, quando pretendemos melhorar o acesso, uma vaga na universidade ou, simplesmente, um emprego, são atribuídos por arbitrariedades de todo tipo. A cor é sempre um fator crucial para a vantagem de alguns em detrimento de outros. A população negra é discriminada e a grande parte dela é pobre, mas também é qualificada. No Brasil, quase a metade da população negra é pobre, discriminada e excluída. A exclusão não é mera coincidência.



7

As cotas vão favorecer aos negros e discriminar ainda mais aos brancos pobres.

RESPOSTA

Esta é, quiçá, uma das mais perversas falácias contra as cotas. O projeto atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, PL 73/99, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, favorece os alunos e alunas oriundos das escolas públicas, colocando como requisito uma representatividade racial e étnica equivalente à existente na região onde está situada cada universidade. Trata-se de uma criativa proposta onde se combinam os critérios sociais, raciais e étnicos. É curioso que setores que nunca defenderam o interesse dos setores populares ataquem as cotas porque agora, segundo dizem, os pobres perderão oportunidades que nunca lhes foram oferecidas. O projeto de Lei 73/99 é um avanço fundamental na construção da justiça social no país e na luta contra a discriminação social, racial e étnica.

8

As cotas vão fazer da nossa, uma sociedade racista.

RESPOSTA

O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os/as negros/as têm menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil está imbricado nas instituições públicas e privadas. E age de forma silenciosa. As cotas não criam o racismo. Ele já existe. As cotas ajudam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma efetiva medida anti-racista.

9

As cotas são inúteis porque o problema não é o acesso, mas a permanência.

RESPOSTA

Cotas e estratégias efetivas de permanência fazem parte de uma mesma política pública. Não se trata de fazer uma ou outra, senão ambas. As cotas não solucionam todos os problemas da universidade, são apenas uma ferramenta eficaz na democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior para um amplo setor da sociedade excluído historicamente do mesmo. É evidente que as cotas, sem uma política de permanência, correm sérios riscos de não atingir sua meta democrática.

10

As cotas são prejudiciais para os próprios negros, já que os estigmatizam como sendo incompetentes e não merecedores do lugar que ocupam nas universidades.

RESPOSTA

Argumentações deste tipo não são freqüentes entre a população negra e, menos ainda, entre os alunos e alunas cotistas. As cotas são consideradas por eles, como uma vitória democrática, não como uma derrota na sua auto-estima, ser cotista é hoje um orgulho para estes alunos e alunas. Porque, nessa condição, há um passado de lutas, de sofrimento, de derrotas e, também, de conquistas. Há um compromisso assumido. Há um direito realizado. Hoje, como no passado, os grupos excluídos e discriminados se sentem mais e não menos reconhecidos socialmente quando seus direitos são afirmados, quando a lei cria condições efetivas para lutar contra as diversas formas de segregação. A multiplicação, nas nossas universidades, de alunos e alunas pobres, de jovens negros e negras, de filhos e filhas das mais diversas comunidades indígenas é um orgulho para todos eles.

"O samba desceu o morro e deixou órfãos"



Max Leone*

O samba saiu do morro, desceu para o asfalto e deixou um lugar vazio nas comunidades do Rio. Esse mesmo samba foi abraçado pela classe média que descobriu o valor do ritmo de origem negra e escrava. E o que vem ocupando o espaço deixado – o funk carioca – está longe de se equiparar, em qualidade e conteúdo, ao samba que se retira do cotidiano das comunidades pobres. A percepção dessa transformação é de Nilze Carvalho, cantora, compositora, instrumentista, produtora e integrante do grupo Sururu na Roda. Dona de uma das vozes mais marcantes do atual cenário musical

carioca, em entrevista exclusiva à **Idéias em Revista**, ela avalia, num tom bastante crítico, os efeitos da migração e da substituição do samba que ocorre no Rio.

No Sururu na Roda, um dos principais grupos surgidos no redivivo circuito da Lapa, Nilze brilha do lado da violonista e cantora Camila Costa e dos percussionistas Sílvio Carvalho, que é seu irmão, e de Fabiano Salek. Eles se apresentam todos os sábados à noite do Centro Cultural Carioca (CCC), palco cativo da banda. O grupo lançará, em setembro, o terceiro CD – *Que samba bom* – que inaugura o selo do Centro Cultural Carioca. Em fase de final de mixagem, o disco tem regravações de “Morena de Angola”,

de Chico Buarque; “Samba bom”, de Geraldo Pereira; “A volta”, de Candeia; e “Não sou mais disso”, de Zeca Pagodinho e Jorge Aragão, com a participação do próprio Zeca, que é fã do grupo. O quarteto também assina composições em conjunto e apresenta inéditas de Edu Krieger, “Correnteza”; Rodrigo Maranhão, “Mercado das Flores”; Toninho Geraes, “De maré”; e Moadir, um velho companheiro de estrada do pai de Nilze e de Sílvio, autor do sambalço “Sou gamado por mim”.

*Da Redação, com a colaboração de Roberto Ponciano. Edição: Henri Figueiredo.

Idéias – De onde vem seu talento musical, de cantora e instrumentista? É hereditário?

Nilze Carvalho – Meu pai é músico. É trompetista, fazia bailes, grandes bailes com orquestras. Daí apareceram os grupos de samba como o Exporta Samba e o Originais do Samba.

Idéias – E na sua casa sempre teve isso, esse movimento?

Nilze Carvalho – Sempre teve. Meu pai ganhou de um amigo sambista um cavaquinho para aprender a tocar e entrar no grupo que eles estavam formando. E o cavaquinho era um negócio muito pequeno, era quase um brinquedo. E acabou que eu, com

5 anos, fiquei com aquele cavaquinho pequenininho em casa. Comecei a brincar com o instrumento e a tirar notas. Segundo meus irmãos, eu comecei a tocar “Acorda Maria Bonita”, no cavaquinho, que tem as cordas todas muito soltas. Eu ouvia meu pai tocando e tentava imitar. Foi aí que meu pai viu que eu tinha jeito e começou a me ensinar.

Idéias – Quando começa o pé na estrada?

Nilze Carvalho – O primeiro cachê foi com 6 anos (risos), era aquele negócio de exploração de trabalho infantil (risos). Mas foi legal. Eu saí para tocar. Perto da minha casa tinha um clube com programa de criança. Eu fui a todos os programas de criança. Até na

época, o Pedro de Lara tinha um programa de rádio de criança. Depois comecei a tocar na rádio Solimões, em Nova Iguaçu.

Idéias – Podemos dizer que você foi uma criança prodígio?

Nilze Carvalho – É, mais ou menos (risos).

Idéias – Quando isso deixa de ser uma brincadeira e passa a ser sério, profissional?

Nilze Carvalho – Meu pai comprou um violão para poder me acompanhar nos lugares. Comecei a ganhar cachê quando, por meio da Rádio Solimões, eu tive contato com alguém da TV Globo. Consegui uma reportagem no Fantástico, que foi lá em casa e eu

“O samba quando era do morro tinha conteúdo, refletia toda uma situação. Hoje em dia o que se faz no morro, na favela, não tem conteúdo nenhum. Essa é a única restrição que tenho ao movimento de saída do samba do morro.”



tinha 7 anos. Eu morava em Nova Iguaçu nessa época. Isso em 1976. Eu comecei a cantar mesmo acho que com 11 anos, quando gravei um LP da série “Choro de menina”. Foram quatro LPs, um por ano, pela gravadora CID. O primeiro foi gravado com um conjunto maravilhoso, o “Época de Ouro”, que acompanhava o Jacob do Bandolim, que é o mestre dos mestres do bandolim. Tinha o César Farias (*pai de Paulinho da Viola, recentemente falecido*), o Dino, o Carlinhos. Quando eu tinha 15 anos e fui participar de um show de um grupo brasileiro chamado Oba-Oba, que aqui era comandado pelo Sargentelli. Na Itália foi vendido para um teatrólogo italiano, o Franco Fontana, que tinha um teatro de revista muito interessante. Nós tocamos em todos os teatros da Itália. Nessa época eu comecei a cantar. Fui contratada para fazer a parte instrumental de chorinho, só que havia um quadro de bossa nova. Eu ficava arranhando no meu violão – mas já tocava bandolim, que passei a tocar com 11 anos. Eu migrei do cavaquinho para o bandolim. E eu ficava lá tocando



no cantinho o violão e o empresário viu aquilo. Na época, a cantora estrela era a Eliana Estevan, radicada nos Estados Unidos. Ela fazia um quadro de bossa nova e o empresário achou interessante me contrapor a ela. Eliana tinha uma voz poderosa e eu com uma bem bossa nova mesmo. Era um contraste muito grande. A partir daí eu comecei a cantar, cantar, cantar....

Idéias – Foi difícil encontrar espaço para fazer música de qualidade? Como foi para você?

Nilze Carvalho – Nessa época eu morava no bairro de Campo Grande. Tinha pouquíssimos lugares por lá e você acaba tendo que sair. E com o disco você acaba saindo para fazer divulgação. Esse disco veio através da Portela. A minha ligação com a Portela é meio engraçada!

Idéias – Como aconteceu?

Nilze Carvalho – Foi curta e bem no início da minha carreira. Eu tinha 9 anos e ia tocar na Gafieira da Tia Vicentina, olha que coisa... (risos). Rolava a gafieira com o maestro Cipó e outros. Ela fazia a feijoada. E eu tocava nos intervalos da orquestra. O Carlinhos Maracanã pagava para gente tocar. Era um cachê super legal, deu uma força muito grande na época. Agradeço muito a ele e à escola. Mas perdi o contato com a Portela. Foi lá, na Portela, que eu conheci o pessoal da gravadora CID. As portas foram se abrindo e eu cheguei à gravadora, onde fizemos discos de choro.

Idéias – E as viagens como começaram?

Nilze Carvalho – A partir dos 15 anos passei a viajar, estudava e intercalava *shows* com viagens. Eu sumi do circuito do Brasil. Fiquei viajando muito, fui para Itália, Espanha, Estados Unidos. Eram temporadas lon-

gas, um ano, um ano e meio. Trabalhava um ano, depois vinha e ficava um ano estudando, isso dos 15 aos 20 e poucos anos. Depois que consegui terminar o Segundo Grau, engatei na carreira no Japão. Fiquei sete anos indo e voltando de lá.

Idéias – Então, primeiro, você consolidou a carreira lá fora e depois, por aqui?

Nilze Carvalho – Eu não diria que consolidei carreira. Na época do instrumental, foi bem interessante, aparecia bastante, vendia razoavelmente bem para a música instrumental.

Idéias – Dá para viver bem com o trabalho lá fora? Compensa financeiramente?

Nilze Carvalho – Lá fora é um trabalho de peão, como o pessoal diz, apesar de ser bacana. Corremos todos os teatros. Imagina trabalhando aqui todos os dias e recebendo direitinho, sem ninguém dar bolo. Lá, você ganha pelo que você trabalhou, é certo. É a mesma coisa em todos os lugares. Tanto para nós aqui quanto para eles, lá fora. Não tem essa de facilidade, não.

Idéias – Quando você voltou definitivamente para o Brasil?

Nilze Carvalho – Eu voltei definitivamente em 1999. Eu poderia estar viajando até hoje porque o trabalho sempre existe. A questão era que eu queria voltar a estudar. Era o sonho que eu tinha de vir fazer Faculdade de Música.

Idéias – É nessa época que começa o Sururu na Roda?

Nilze Carvalho – É começou nessa época com a minha vinda e com o encontro que tive com a Camila e a Luciana, uma outra menina que estudava na UniRio e já estava terminando o curso. É a fase pós-viagem,



era o Empório 100. Eu gostava muito de assistir ao “Do-brando a Esquina” com a Luciane Menezes. Frequentava a Lapa como expectadora e dando canjas. A partir do momento que eu parei de viajar e me propus a estudar, eu pensei “estou fora do circuito e vou cair dentro do estudo até eu voltar ao *métier*”. Mas não houve nada disso.

Idéias – O que aconteceu?

Nilze Carvalho – O Sururu surgiu e eu pensei que fosse ser uma coisa devagar, mas com essa minha história anterior acabou abrindo as portas. Logo em seguida teve o Projeto “Samba é minha Nobreza”, no Teatro Odeon. A Tereza Cristina estava no projeto e ia fazer o *show*. Mas na hora teve problema de agenda. Ela preparava o disco dela e eu fui fazer o *show* no lugar dela. Faltava uma semana para o *show* estreiar. Eu cheguei de viagem e me chamaram de sopetão para fazer. Tive uma semana para aprender 50 músicas! (risos).

Idéias – Você sempre foi muito respeitada, nunca te viram como uma forasteira que está chegando... surfando por causa do passado...

Nilze Carvalho – A receptividade sempre foi boa. Começamos numa casa na Lapa, o Casarão Cultural dos Arcos, que não teve sucesso de público, mas foi legal. Estamos no Centro Cultural Carioca há seis anos.

Idéias – Dá a impressão que vocês fundaram o Centro...

Nilze Carvalho – (Risos) Nós, o Sururu, tocávamos no Casarão Cultural e eu cantava no Carioca da Gema junto com o Choro na Feira, fazia toda quinta-feira. Nisso, o Alfredo Galhões, que é o diretor do Centro Cultural disse “Vamos lá, Nilze”. Mas ele tinha outra idéia, queria me colocar com um grupo que já tinha lá formado. Depois de três meses de conversa acabei levando o Sururu inteiro (risos). Agora é casa cheia sempre...

quando eu entrei para a faculdade. Começamos a fazer prática de conjunto, que era uma matéria obrigatória e rolou um som legal. Começamos a tocar lá dentro e pensamos em fazer um *show*. Pintou um em São Pedro da Aldeia. Éramos nós três e precisávamos de um ritmo. Eu disse: “Pô, vou chamar o meu irmão Sílvio, que está de bo-beira e tocava num grupo. Naquele dia ele estava livre. Depois faltava mais uma percussão, então a menina que não está mais no grupo nos apresentou o Fabiano, que estudava na UniRio, também. Temos oito anos de estrada e dois discos. Estamos indo para o terceiro que, graças a Deus, deve sair em setembro...”

Idéias – Você começa a compor com o Sururu ou antes de formar o grupo? E como é o seu processo de composição?

Nilze Carvalho – Eu componho desde cedo, desde criança. Comecei com música instrumental e coisas minhas e do meu pai. Eu fico mais à vontade fazendo melodia, às vezes recebo letras e coloco melodia. Às vezes faço melodia e mando para as pessoas fazerem letra.

Idéias – Qual a importância da reestruturação da Lapa?

Nilze Carvalho – Eu tive o privilégio de estar nesse projeto. Mas peguei o início como expectadora. Eu estava viajando e toda vez que voltava no Rio eu ia lá. Eu gostava muito de uma das primeiras casas que surgiram, que

Idéias – Quantas indicações você tem para o Prêmio TIM?

Nilze Carvalho – Tenho três indicações do meu disco “Estava faltando você” em 2006: voto popular, melhor disco e melhor cantora. Eu, Teresa e Alcione. Perdemos para a Alcione.... tudo bem (risos). Perder para Alcione vale! (risos).

Idéias – Mas só ser indicada é muito bom, não é?

Nilze Carvalho – Claro! No ano seguinte eu fui jurada e vi como é difícil. É muita coisa, muita gente participando, do Brasil inteiro. Tem muito trabalho bom.

Idéias – Quem você poderia citar que faz um trabalho bom na Lapa, claro que corre o risco de esquecer alguém...

Nilze Carvalho – Eu gosto de muita gente. Gosto do trabalho da Teresa (Cristina) que é uma das pioneiras, da Luciane Menezes, que veio antes até da Teresa, mas infelizmente não está com um espaço para fazer o trabalho dela, que é muito interessante. Hoje, tem a Ana Costa que tem um trabalho lindo e uma voz fantástica; o menino Moyses Marques é muito bom. Um trabalho que está vindo aí, está no forno, mas, quando chegar vai arrebentar, é da Luiza Dionísio, que é fantástica, muito boa. Ela canta sempre no Carioca da Gema. Obviamente que esquecemos de um monte de gente. O nível da Lapa é muito bom...

Idéias – Vocês estão há seis anos no CCC. É difícil manter essa frequência, como é a relação de vocês? Todo dia se encontram, ensaiam?

Nilze Carvalho – As pessoas quando vêm a gente dizem “Vocês ensaiam pra caramba!” e eu digo “Nós não ensaiamos pra caramba (risos)... A gente toca muito!” Tem vezes que são três, quatro vezes no dia, é festa aqui, ali mesmo tendo um lugar fixo para tocar. E de tanto tocar acaba não ensaiando. Muitos arranjos são criados na hora. A gente leva a música e diz aí gente vamos tocar. Um coloca uma voz, outro faz uma coisa e quando vê sai. Agora, quando você lança um disco você faz alguma coisa mais preparada, então, ensaia. Na entressafra, a gente toca...



Idéias – O que você acha dos meios de comunicação? A Lapa não acontece para eles. Você fica lá anos e ninguém sabe... Como é fazer um trabalho de qualidade e não sair na mídia?

Nilze Carvalho – A questão toda é a máquina das gravadoras com a mídia. Existe alguma coisa ali que ninguém consegue transpor aquilo, sabe...

Idéias – O Monarco foi transpor praticamente isso agora levado pelo Zeca Pagodinho. Ele não aparecia na mídia...

Nilze Carvalho – Mas ainda aparece pouco. Isso é muito complicado. Fico até encabulada de falar porque não tem muito jeito. Ou você tem uma pessoa que conhece os caminhos, ou a sorte que o Monarco teve, de ter um padrinho, de ter a amizade com o Zeca para te levar.

Idéias – Você acha que ainda existe preconceito contra o samba?

Nilze Carvalho – Diminuiu. Virou um pouco uma coisa intelectualóide. Hoje em dia o samba saiu do morro e foi pra a cidade. Está sendo meio que abraçado por essa classe média que descobriu o samba.

Idéias – Você acha isso ruim?

Nilze Carvalho – Acho que não. O ruim é essa coisa de ter saído do morro. Poderia ter continuado no morro, ter descido para a cidade sem ter saído completamente do morro. Isso é que eu acho ruim... O que tomou lugar do samba no morro, e as pessoas dizem que é bacana, é um pouco sem conteúdo. O samba quando era do morro tinha conteúdo, dizia muita coisa, refletia toda uma situação. Hoje em dia o que se faz no morro, na favela não tem conteúdo nenhum. Essa é minha única pena de o samba ter saído do morro. É a única restrição que tenho a esse movimento de saída.

Idéias – Você acha que tem como fazer o samba voltar pro morro, voltar às origens?

Nilze Carvalho – Seria com um trabalho educativo, cultural. Mas isso está tão difícil. Isso poderia vir melhorar ou amenizar se as escolas tivessem aula de música e as crianças pudessem conhecer, não só o samba, mas outros temas: história musical, as histórias da música brasileira para o entender o que aconteceu e não como é hoje: as crianças só vêem o funk e têm aquilo como base.

Idéias – O funk substituindo o samba?

Nilze Carvalho – É a única coisa que acho chata do samba ter saído do morro e descido à cidade. Realmente o morro ficou desprovido de uma coisa que era super bacana, construtiva, que era dele. Não dá para falar



Sururu no Botequim: festa do Sisejufe em 30 de abril teve Nilze e seu grupo

que é tudo ruim, pois conheço coisas interessantes, mas a grande maioria do que rola agora, a maior parte é sem conteúdo, é zero. O funk pode ser música apesar de na teoria não ser. Como em todo segmento, você pode ter um samba ruim, um rock ruim. O funk está engatinhando e grande parte é ruim. A música é pobre, mas o que mais me incomoda é o conteúdo do texto, é muito... Nada! Acho que pode melhorar.

Idéias – Mas por que ficou tão pobre? A origem é a mesma do samba que é o morro... O que mudou?

Nilze Carvalho – Meu pai, por exemplo, estudou até a terceira, quarta série. Mas você conversa com ele e vê que é uma pessoa culta. Hoje se você pegar uma criança que estudou até a quarta série, vai ver que ela não sabe escrever. É o reflexo de uma deterioração da própria educação. Os valores mudaram, a educação mudou, o pensamento é outro. A deterioração da educação ajuda a estragar tudo. A pá de cal é a história de que a criança não pode repetir o ano. É a pá de cal no ensino.



Idéias – Se você não fosse artista ligada à música, o que você seria?

Nilze Carvalho – (Muitos risos) Eu poderia ser fotógrafa, adoro fotografia, eu adoro dançar, poderia ter sido uma bailarina, modelo. Mas a música vem de berço. Além de tocar e compor, eu também produzo. Acabei de produzir um show chamado “Samba na Universidade”, foi minha primeira produção de show grande. Eu fiz o projeto que teve apoio da PUC, da Cândido Mendes, da Petrobras, da UFRJ. Fiz um encontro com a velha guarda e a jovem guarda nas três primeiras semanas de maio de 2008.

Idéias – Como nasceu o projeto?

Nilze Carvalho – A idéia inicial era fazer um show para me promover, mas o pessoal da PUC resolver ampliar, fazer o negócio um pouco maior. Aí resolvemos estender essa idéia e chamar mais pessoas. Fiz o encontro do Monarco comigo; fiz o Sururu na Roda com Nei Lopes nas universidades. Minha preocupação era fazer algo bem estruturado e fazer direito, sem problema. Eram seis músicos, uma banda da pesada. Contratei som, luz. Fiz as coisas bem direitinhas para não estragar o trabalho. Ninguém reclamou de nada. Não é por que é samba que precisa ser feito de qualquer maneira. Os shows eram de graça.

Idéias – E quais são os planos para o futuro?

Nilze Carvalho – Estou correndo atrás de patrocínio para fazer a segunda edição do “Samba na Universidade”. É preciso acontecer essas coisas. Ficou bonito e as pessoas gostaram muito. A primeira edição lotou. Já o próximo disco do Sururu sai em setembro no Teatro Rival. É o “Que samba bom”, com participação do Zeca Pagodinho. Ele deu uma força muito grande. Está lá em cima e não esquece de quem está começando. Ele é uma pessoa bastante generosa.

Política e Hospitais

Roberto Machado*

O início do século XIX assinala o momento em que o hospital é percebido como fator patogênico, causa de doença e de morte e, portanto, incompatível com a medicina moderna. Até então o hospital não é uma instituição médica; é uma entidade religiosa destinada a assistência a doentes pobres, forasteiros, soldados, marinheiros. Não tem por objetivo a saúde, mas a salvação: o plantão, por exemplo, é do “capelão da agonia”. Sua arquitetura não obedece a um plano médico. Não há médico em sua administração. A assistência hospitalar é, portanto, menos uma assistência à doença do que à miséria na hora da morte, parte de uma ação criativa da Santa Casa da Misericórdia que inclui crianças abandonadas, indigentes e prisioneiros.

É nesse espaço que se encontram os loucos, quanto não vagam pelas ruas ou – no caso dos ricos – são contidos pelas famílias. E no hospital ele está como em uma prisão: trancado e até mesmo preso a um tronco de escravos. Não é considerado doente; não recebe tratamento; não tem médico ou enfermeiro específico; vive sem condições higiênicas. Pode ser louco, mas ainda não é doente mental.

No século XIX, a medicina coloniza o hospital. Ruptura com o passado que pode ser compreendida não só a partir de transformações médicas mas também econômicas – advindas da abertura dos portos, instensificação do comércio, implantação de manufaturas – e políticas que modificarão o Rio de Janeiro depois de 1808 e integrarão ainda mais o Brasil na nova ordem capitalista internacional.

Nesse contexto, o papel que desempenham os médicos tem um objetivo claro: combater a desordem social, o perigo dos homens e das coisas decorrentes da não-planificação da distribuição e do funcionamento da cidade. A medicina começa a se interessar por tudo o que diz respeito ao social. Passa a não ter fronteiras. Peça integrante da nova estratégia política de controle dos indivíduos e da população, vai pouco a pouco – não sem lutas e obstáculos – impregnar o aparelho de Estado e se interessar por instituições como a escola, o quartel, a prisão, o cemitério, o bordel, a fábrica, o hospital, o hospício...

Sua política em relação ao hospital é clara: dominar o perigo que grassa no seu interior. E para isso não basta expulsar o hospital do centro da cidade; é necessário transformar o seu espaço, para capacitá-lo a realizar a cura. O hospital é um operador terapêutico, uma “máquina de curar”.

Essa política preside, em 1841, a criação, no Rio de Janeiro, do primeiro hospital psiquiátrico brasileiro. Resultado de uma crítica higiênica e disciplinar às instituições de reclusão, o Hospício de Pedro II significou a possibilidade de inserir, como doente mental, uma população que se começa a perceber como desviante nos dispositivos da medicina social nascente. Como? Realizando os seguintes objetivos: isolar o louco da sociedade; organizar o espaço interno da instituição, possibilitando uma distribuição regular e ordenada dos doentes; vigiá-los em todos os momentos e em todos os lugares, através de uma “pirâmide de olhares” composta por médicos, enfermeiros, serventes; distribuir seu tempo, submetendo-os ao trabalho como principal norma terapêuti-

ca. Terrível máquina de curar, que levou Esquirol a afirmar que no hospício o que cura é o próprio hospício. Por sua estrutura e funcionamento, ele deve ser um operador de transformação dos indivíduos. Em suma, é uma nova máquina de poder, resultado de uma luta médica e política que impõe, cada vez com mais peso, a presença normalizadora da medicina como uma das características essenciais da sociedade capitalista.

Mas o hospital psiquiátrico não está isento de críticas. Elas o acompanham desde sua origem. E não só críticas externas. Principalmente críticas internas: de seus médicos ou seus diretores. Como os ilustres Nuno de Andrade, Teixeira Bradão, Juliano Moreira, que atacam sua organização arquitetônica, a subordinação do médico ao pessoal religioso, a ignorância ou maldade dos enfermeiros, o processo não-médico de internação, a falta de uma lei nacional de alienados e de um serviço de assistência organizado pelo Estado.

Essas críticas, hoje ainda mais virulentas, são importantíssimas para fazer pensar não só no fracasso real da psiquiatria como instância terapêutica, mas principalmente na exigência de medicalização cada vez maior do espaço social que ela representa. Por um lado, se a medicina mental apresenta a cura como sua aquisição científica, até hoje nunca deixou de reconhecer o seu lado negro: só se entra no hospício para não sair ou, na melhor das hipóteses, para logo depois voltar. Por outro lado, essa reconhecida incapacidade terapêutica, longe de por em questão a própria psiquiatria, serve fundamentalmente de apoio a uma exigência de maior medicalização. A crítica faz a psiquiatria, cada vez

al Psiquiátrico

O hospício é uma máquina de poder, resultado de uma luta médica e política que impõe, cada vez com mais peso, a presença normalizadora da medicina como uma das características essenciais da sociedade capitalista.

mais, refinar seus conceitos para atingir novas faixas da população – numa evolução que vai do doente mental ao anormal e do anormal ao próprio normal –, tornando a sociedade uma espécie de asilo sem fronteiras.

A questão política da psiquiatria me parece assim mais profunda do que em geral se pensa. Será que as transformações contemporâneas propostas à prática e à teoria psiquiátricas – mesmo as que vestem de psicanálise seus conceitos básicos e se intitulam, psiquiatria como instância político-científica de controle normalizador da vida social, característica que a acompanha desde sua constituição?

*Psicanalista.

Artigo extraído da
Mostra Memória da Loucura –
Centro Cultural da Saúde

<http://www.cdsm.ufes.br/files%5CTextosdaMostra.pdf>



Há mais de duas décadas, luta antimanicomial cresce no Brasil

O Movimento Antimanicomial, também conhecido como Luta Antimanicomial, se refere a um processo de transformação dos Serviços Psiquiátricos, derivado de uma série de eventos políticos nacionais e internacionais. O Movimento Antimanicomial tem como marco o dia 18 de maio, data que remete ao 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, na cidade de Bauru, no estado de São Paulo, que indica o início da luta no Brasil. Na sua origem, o movimento está ligado à Reforma Sanitária Brasileira da qual resultou a criação do Sistema Único

de Saúde (SUS) e está ligado também à experiência de desinstitucionalização da Psiquiatria desenvolvidas em Gorizia e em Trieste, na Itália, por Franco Basaglia, nos anos 60. Como processo decorrente deste movimento no Brasil, temos a Reforma Psiquiátrica, definida pela Lei 10216 de 2001 (Lei Paulo Delgado) como diretriz de reformulação do modelo de Atenção à Saúde Mental, transferido o foco do tratamento que se concentrava na instituição hospitalar, para uma Rede de Atenção Psicossocial, estruturada em unidades de serviços comunitários e abertos. (Da Redação.)

"O povo brasileiro não

Texto e foto
Max Leone*

A cada dia o Brasil tem despertado cada vez mais o interesse internacional na área de produção de petróleo. Com as recentes descobertas, como a do pré-sal, que guarda uma reserva de possíveis 90 bilhões de barris, e a Petrobras cada vez mais competitiva, as multinacionais do setor intensificam a pressão para que o país deixe nas mãos delas a exploração do ouro negro. Alerta e de prontidão, o presidente da Associação dos Engenheiros da Petro-

bras (Aepet) Fernando Siqueira encabeça uma campanha para evitar que as novas reservas brasileiras caiam nas garras estrangeiras. Em entrevista exclusiva à *Idéias* em Revista, Siqueira defende a modificação do marco regulatório do petróleo no país para que o brasileiro possa usufruir das benesses auferidas com a produção do combustível.

Idéias – Diante do quadro internacional, qual a situação do Brasil em relação ao mercado de petróleo? O país é uma referência?

Fernando Siqueira – A descoberta do pré-sal, depois de 30 anos de estudos da Petrobras, evidenciou o absurdo que é o marco regulatório brasileiro. Você tem hoje uma nova província com possibilidade de conter 90 bilhões de barris. Isso, sem contar que hoje, a Petrobras tem 14 bilhões de reservas. Com esses 90 bilhões, se forem confirmados, ela passa a ter 104 bilhões, passa a ser a quarta reserva mundial, sendo que as três primeiras são Arábia Saudita, com 265 bilhões de barris; o Irã, em torno de 140 bilhões de barris e o Iraque, em torno de 120 bilhões. Deverá, inclusive, superar as reservas da Venezuela que estão em torno de 80 bilhões de barris.

Idéias – E isso desperta o interesse lá fora...

Siqueira – Claro. O maior interesse é o seguinte. Os Estados Unidos consomem oito bilhões de barris por ano internamente e mais uns dois bilhões são usados nas suas bases militares espalhadas pelo mundo, sem contar as multinacionais espalhadas pelo mundo também. Então, um país que consome dez bilhões de barris por ano e só tem 29 bilhões, que são as reservas deles, é um país que está profundamente preocupado. A economia americana está assentada no petróleo, mais de 50% na matriz energética do país vem do petróleo. Os Estados Unidos têm um consumo de 24 barris por ano por habitante, que é o dobro da Europa, que consome 12 barris por ano por habitante.

Idéias – Qual o consumo do Brasil?

Siqueira – Nós consumimos três barris por ano por habitante, enquanto o Terceiro Mundo, apenas dois barris por habitante.

Idéias – E o que acontece com americanos?

Siqueira – Se eles não tiverem petróleo externo, ficam sem o combustível da economia. Eles têm todo o interesse no petróleo brasileiro. Inclusive, o *Le Monde Diplomatique* já associou a recriação da 4ª Frota à questão do petróleo brasileiro. O interesse americano é fortíssimo, a Europa também consome bem menos que os EUA, mas não tem petróleo. O Japão não tem petróleo, a China também não tem petróleo e já está ultrapassando os japoneses em consumo. Todos são alto consumidores e não têm petróleo.

Idéias – A invasão americana no Iraque teria alguma relação?

Siqueira – Para acentuar mais essa questão, os EUA invadiram o Iraque, gastaram lá mais de US\$ 2 trilhões e não foi para salvar os iraquianos de nada, foi para tentar obter a garantia sobre o fornecimento de petróleo. Embora a Arábia Saudita seja muito ligada à família Bush, tendo uma submissão enorme aos EUA, hoje existe uma rebelião na família saudita contra essa submissão absurda. Para agravar mais ainda a situação internacional, conforme vários analistas previram e nós falamos isso no primeiro Fórum Mundial Social, em 2001, que antes de 2010 ocorreria o terceiro e definitivo choque mundial do petróleo.

Idéias – Como se dará esse choque definitivo?

Siqueira – É que a produção mundial de petróleo está chegando no pico e vai cair acentuadamente, enquanto a demanda está crescendo até acima do previsto. A consequência primeira é a elevação dos preços. Quando nós falamos, em 2001, que o petróleo chegaria a US\$ 100 antes de 2010, a platéia

"O presidente da ANP, o Haroldo Lima, foi 60 anos nacionalista, defensor da Petrobras, defensor do petróleo, em nome da soberania nacional. Indo para a ANP, em dois meses ele virou entreguista e lobista das multinacionais."

deu uma risada. Como o Brasil agora pode ser a quarta reserva mundial e está na América Latina, cuja intervenção é muito mais barata, eu acho que corre um sério risco de ter uma forte pressão econômica, financeira e política sobre o governo brasileiro para ceder, de alguma forma, esse petróleo. Os representantes das multinacionais americanas em um congresso na Europa chegaram a dizer que o brasileiro descobriu petróleo. Disseram coisas do tipo: "Eles estão com arroubos nacionalista, não podemos permitir isso!" Consideraram o Brasil uma colônia dos EUA. Com certeza, o Brasil vai sofrer pressões terríveis por esse petróleo.

Idéias – A pressão vai ser só sobre o Brasil?

Siqueira – Não só o Brasil, mas toda a América Latina está sob um tiroteio econômico, financeiro e político muito forte. Estive em junho passado no México a convite dos mexicanos da Pemex para desmistificar o que o governo deles estava tentando dizer que a Petrobras era o modelo a ser copiado pela Pemex. Em palestras, eu mostrei que esse modelo foi muito ruim para o Brasil, péssimo para a Petrobras, porque era empresa estatal com 80% de ações do governo e hoje tem apenas 40% das ações em poder do governo, aliás 32%, porque 8% estão com o BNDES-Par, que tem hoje em sua direção os neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Idéias – Qual seria o modelo ideal para a Petrobras?

Siqueira – A nossa proposta, que estamos discutindo e vamos enviar como sugestão para o Congresso Nacional, é mudar o marco regulatório. A Lei do Petróleo é incoerente. Ela diz que as reservas brasileiras de petróleo pertencem à União. O Artigo 21 diz que o produto da lavra da produção do petróleo pertence à União e aí vem o Artigo 26, que saiu do lobby internacional no Congresso Nacional, e diz que quem produz o petróleo é dono dele. Isso contraria a Constituição, porque o Artigo 177 diz que o petróleo é um monopólio da União, nunca foi da Petrobras. Os artigos 3º e 21 da lei dizem que o petróleo e a produção são da União. E o artigo maluco, o 26, dizendo que quem produz é o dono. O que acentuou mais ainda o absurdo do marco regulatório é que essa lei do petróleo, feita pelo Fernando Henrique, a Lei 9.478, ainda estabelece uma participação especial para o governo brasileiro que é regulada por um decreto do FH, o 2.705, que determina a participação da União no produto da lavra num percentual de 0% a 40%. Até um certo valor de produção você paga 0%. Se o pré-sal tiver um altíssimo potencial de produção, você pagaria 40% ao governo por esse decreto a quem explorasse.

Idéias – Como funciona em outros países?

Siqueira – Se você olhar o mercado mundial, vai

o lucra com o petróleo”

Fernando Siqueira, presidente da Aepet:
“Com os 90 bilhões de barris, o país passaria a ter a quarta maior reserva do mundo, chegando a 104 bilhões de barris. Ficaria atrás, apenas, da Arábia Saudita, com seus 265 bilhões de barris; do Irã, que tem em torno de 140 bilhões de barris e do Iraque, dono de 120 bilhões de barris. Vai superar os 80 bilhões de barris da Venezuela e ficará bem distante dos Estados Unidos, que possuem apenas 29 bilhões barris de reservas”.



ver que os países produtores onde têm empresas multinacionais produzindo, recebem 84% pela produção do petróleo. A média mundial de participação dos países produtores é de 84%. No Brasil, o máximo é 40%, o país recebe menos da metade do que é pago lá fora, na média.

Idéias – O governo Lula tem condições de alterar isso e já sinalizou que pode fazer isso?
Siqueira – Quando estava ocorrendo o nono leilão foi descoberto o Tupi, que é uma parte do pré-sal, um bloco de 10% do pré-sal, o governo Lula foi à Petrobras, conversou com a direção da empresa e tomou conhecimento do potencial da área. Quando informado que ali seria possível achar 90 bilhões de barris, corretamente, corretamente retirou os 41 blocos do pré-sal do leilão. E o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fez uma portaria que no artigo 4º sinaliza que é preciso mudar o marco regulatório. Estamos nessa queda de braço: o governo quer mudar o marco regulatório e as multinacionais são contra porque elas precisam continuar com essa mamata de não correrem risco nenhum. Querem pegar as áreas que a Petrobras investiu, correu risco geológico, pesquisou e comprou a concessão, produzir petróleo, dar 40% ao governo e ir embora com 60%, sem risco algum, investimento, sem pesquisa, sem nada.

Idéias – O que o senhor tem a dizer sobre a possibilidade de se criar uma nova estatal brasileira do petróleo?
Siqueira – Agora tem a discussão da criação de uma nova estatal, 100% federal que, ao meu ver, tem a finalidade de desviar o foco que é: o Brasil hoje não está se beneficiando do seu petróleo. O povo

brasileiro não está se beneficiando do seu petróleo. A Shell, por exemplo, tem um poço que explora e exporta sem pagar nada por que está numa faixa de isenção. Não paga participação especial e não paga Imposto de Renda, beneficiada pela Lei Kandir. Assim, a Shell exporta de graça. Não faz sentido para o povo brasileiro ver uma multinacional exportando petróleo sem pagar nada ao país. Isso é inaceitável. Essa legislação precisar ser mudada urgentemente.

Idéias – Qual seria o objetivo, então, de criar uma nova estatal?
Siqueira – A finalidade da estatal não é de garantir a propriedade de petróleo à União. Pela Constituição o petróleo é da União. Querem criar a nova estatal para gerenciar os leilões. É capaz de todo o time da Agência Nacional de Petróleo (ANP) mudar de lado e entregando 60% do petróleo brasileiro para empresas estrangeiras. As agências reguladoras foram criadas para defender o interesse de empresas estrangeiras. O presidente da ANP, o Haroldo Lima, foi 60 anos nacionalista, defensor da Petrobras, defensor do petróleo, em nome da soberania nacional. Indo para a ANP, em dois meses ele virou entreguista e lobista das multinacionais. Ele diz que os EUA furam 14 mil poços por ano e o Brasil, apenas 11. O que adianta furar 14 mil e não achar nada? O Brasil furou 11 e achou petróleo em oito, depois de fazer estudos, levantamentos. A Petrobras já vasculhou toda a costa brasileira. Há 29 possíveis áreas. A única que faltava era a do pré-sal porque tinha limitação técnica. A partir do momento que as limitações técnicas foram superadas, e a Petrobras foi pioneira nisso, não existe outro pré-sal no mundo, investiu US\$ 240 milhões. Não saiu fazendo furo adoidado por aí!

Idéias – Que modelo de contrato o senhor defende?

Siqueira – Defendemos que o governo faça um contrato ou de serviços ou de partilha. Hoje é feita concessão, que pelo Artigo 26, diz que quem recebe a concessão é dono do poço. A empresa compraria um bloco, daria ao governo 84% e ficaria com 16%. Assim, a Petrobras leva uma vantagem. Se ela ganhar fica com os 16%, que desse total, 40% são do governo, ou seja, o governo receberia além dos 84% mais 6,4% referentes às ações que tem da Petrobras. Um total de 90,4% com só 9,6% indo para o exterior.

Idéias – Seria o ideal?

Siqueira – Nossa proposta ideal é a que o governo contrate isso com a Petrobras, ao mesmo tempo que compre de volta as ações da estatal no exterior. Hoje o governo tem de 32% a 40% das ações. Não tem sentido fazer os leilões. É leiloar um bilhete premiado. Não tem mais riscos nos blocos. Todos os riscos foram corridos e eliminados pela Petrobras. O Brasil tem a tecnologia, tem o conhecimento da área, tem capacitação para produzir. Qual é o lucro que o governo vai ter em trazer uma empresa de fora que não tem nada disso? Muito provavelmente vai contratar funcionários da Petrobras. O povo brasileiro não tem lucro com o petróleo. Tínhamos que fazer igual a Venezuela que exporta petróleo e mantém o preço a dois centavos de dólar no litro vendido internamente. Aqui porque a Petrobras tem 40% na bolsa, os acionistas exigem que ela cobre o preço de mercado.

*Da Redação.

Evo Morales e a derrota

Gilson Caroni Filho*

E, ao contrário do que sonhavam as elites brancas dos departamentos autonomistas, “Evo não se foi”. Ao passar com folga no referendo em que submeteu seu mandato à vontade popular, o presidente boliviano infligiu uma dura derrota a velhos atores políticos cujo raio de ação ultrapassa em muito o solo boliviano.

A vitória do índio aymara que restituiu ao país andino o controle sobre recursos naturais que, antes da onda liberalizante, eram explorados pela Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolívia (YPFB), empresa que foi retalhada e vendida a cerca de 20 multinacionais de petróleo, demonstra que o povo do Altiplano aprendeu que sua cultura é uma forma intensa e superior de fazer política. Uma práxis tão rica quanto vitoriosa.

Como já tivemos oportunidade de destacar, em outros artigos, a renegociação dos acordos deu ao povo boliviano duas certezas: o acerto da decisão de Morales e o respeito internacional, nunca obtido quando governavam as elites brancas dos departamentos ricos.

Na última semana de novembro de 2006 mais de cinco mil indígenas marcharam em direção a La Paz para exigir que o Senado, dominado pela oposição, aprovasse um projeto de reforma agrária.

Eram novos atores que vieram para ficar. Não deixariam o palco após molecular acúmulo de capital político. Passados quase dois anos, nesse 10 de agosto de 2008, ratificam seu prota-

gonismo, e exigem o desenvolvimento institucional do país, só possível através de uma refundação jurídico-política iniciada com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Mas há outros derrotados além da elite branca de Sucre e outros departamentos. No Equador, certamente, há choro em Guayaquil, bastião da direita que vai às ruas protestar contra as reformas com as quais o presidente Rafael Correa pretende regular a economia e terminar com uma década de instabilidade política.

O resultado da consulta na Bolívia também cai como uma bomba nos planos da oposição venezuelana. Para quem pretendia aproveitar as próximas eleições regionais, em novembro, para intensificar o golpismo e o separatismo, o lembrete boliviano deve ser bem assimilado. As oligarquias de Zulia, Táchira, Barinas e Apures, entre outros Estados, devem ter aprendido um pouco mais que já não é tão simples desestabilizar governos legítimos, democraticamente eleitos.

Na Argentina, a chamada “Mesa de Enlace”, que reúne as quatro principais agremiações ruralistas argentinas, precisa descartar velhas estratégias. Se, ao longo dos últimos meses, emergiram fragilidades estruturais que apresentam um país dependente do campo tanto interna quanto externamente, isso está longe da reprodução de cenários que, ao longo do século passado, possibilitaram golpes e conspirações bem-sucedidas.

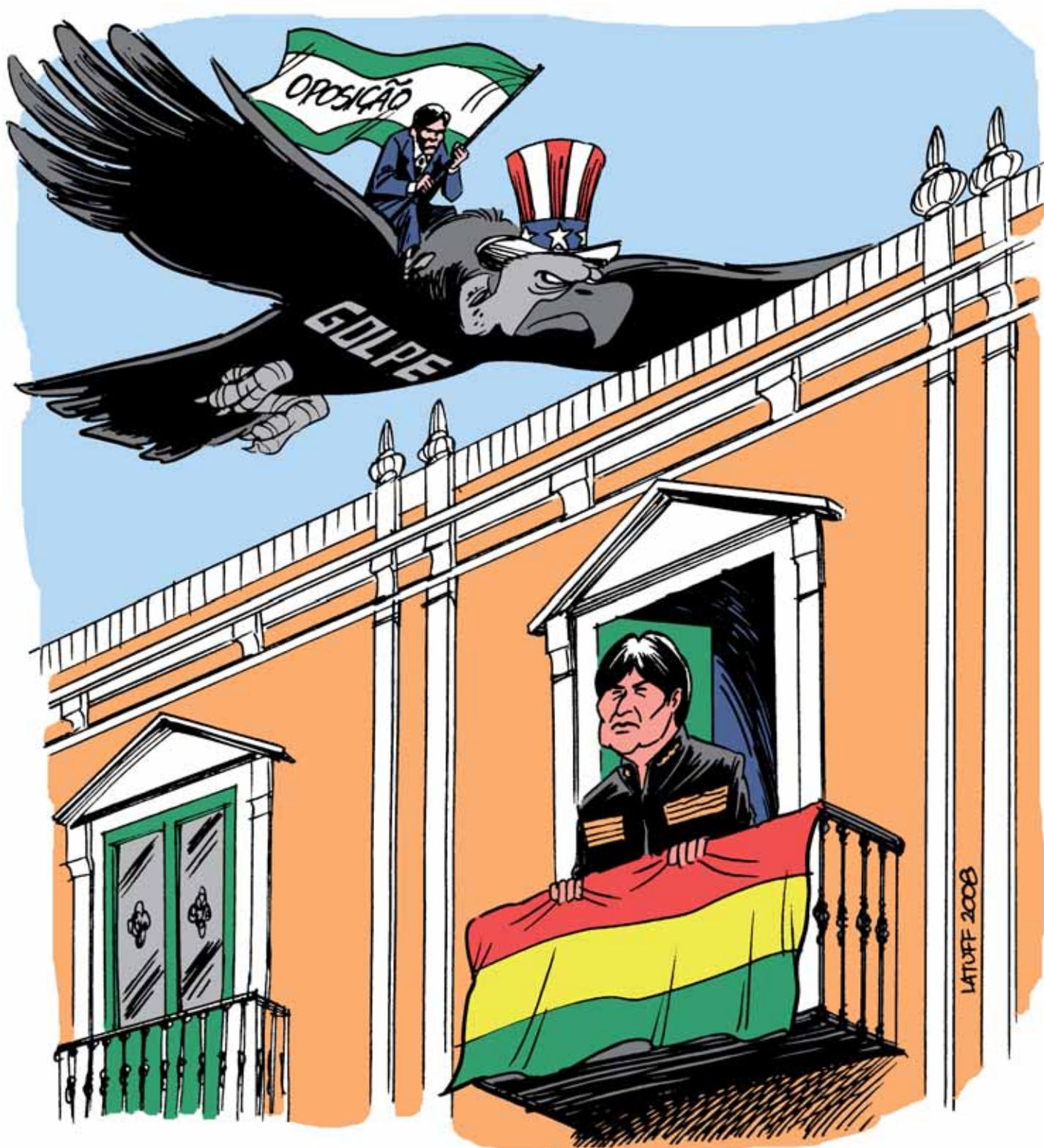
Ao afirmar que dará prosseguimento à nacionalização de setores estratégicos, Morales aponta para o final de um ciclo de transferências maciças de ativos do Estado para os mercados que marcou a América Latina desde os anos 1990. É o resgate da política como única ferramenta de transformação.

A direita boliviana, bem como a de toda região, deve-se afirmar dentro de regras democráticas, não mais confundindo o poder que lhe foi dado por votação, como cheque em branco para a sabotagem institucional. O confronto deve ceder lugar a uma estratégia de competição de políticas públicas.

Para o reacionarismo nativo, as imagens do presidente Morales comemorando a vitória no Palácio Quemado devem ficar retidas na memória como um caminho sem volta. Muito mais do que aprovação a um governo, expressam um desejo de avanço só possível com uma América Latina integrada. Algo que não está no horizonte de “comitês cívicos” de Tarija, Caracas ou seus congêneres embrionários em terras brasileiras.

*Professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha). Publicado originalmente pela Agência Carta Maior.

ota de todas as direitas



Para o reacionarismo nativo, as imagens do presidente Morales comemorando a vitória no Palácio Quemado devem ficar retidas na memória como um caminho sem volta. Muito mais do que aprovação a um governo, expressam um desejo de avanço só possível com uma América Latina integrada.

Tomara que seja linda

César Benjamin*

Agora que os Jogos começaram, torço para que o lixo ideológico se retraia, para que possamos prestar atenção nos atletas.

É deveras impressionante o lixo ideológico que a imprensa tem produzido ao cobrir a Olimpíada. Em geral, os repórteres buscam sempre os ângulos mais negativos, mesmo à custa de adentrar o ridículo. Vi coisas incríveis.

O locutor ressalta o caráter repressivo do regime chinês, enquanto as imagens mostram, como prova disso, um grupo de guardas de trânsito e câmeras de televisão que monitoram avenidas. O locutor fala do controle do Partido Comunista sobre

as pessoas, enquanto na tela aparecem torcedores que preparam uma coreografia. Manifestações com menos de cinco indivíduos são tratadas como acontecimentos épicos. Se houver um pouco maiores, é a prova de que o povo está contra o governo. Se não houver, é a prova de que a repressão é terrível.

Ideologias não se subordinam a fatos. Elas criam fatos e se realimentam de suas criações. Formam sistemas fechados. Por isso, a China não tem saída: aconteça o que acontecer, faça o que fizer, é culpada. Se fizer o bem, é por dissimulação. Ela é má.

Atletas americanos desembarcaram em Pequim usando máscaras contra a poluição, mas tiveram azar.

Nesse dia, excepcionalmente, o ar na capital chinesa estava mais limpo que o de Nova York, de onde haviam partido. Apoiamos essas grosserias como se fossem gestos nobres.

George W. Bush, que praticamente não havia saído do Texas até se tornar presidente dos Estados Unidos, acredita que os chineses só não praticam maciçamente o cristianismo porque o governo deles não deixa. Ignora uma civilização que tem 7 mil anos de história. Ela construiu uma sofisticada visão do homem, do mundo e do cosmo, nem melhor nem pior do que a nossa, mas diferente, e sem a qual a existência humana seria muito mais pobre.

Repórteres monotemáticos escrevem todos os dias sobre falta de liberdade de expressão, carregando nas tintas, para cumprir a pauta que receberam dos chefes. Se não a cumprirem, serão demitidos. Defendem, pois, uma liberdade que eles mesmos não têm. "Os chineses estão perplexos com tantas manifestações contra o seu regime em todo o mundo", escreveu um deles, sem se importar com o fato de que em nenhum lugar tem havido nenhuma manifestação relevante.

A China e os Jogos Olímpicos de Pequim

Ignacio Ramonet*

Com o lema "Um Mundo, Um Sonho", os Jogos Olímpicos de Pequim deveriam oferecer aos dirigentes chineses, de 8 a 24 de Agosto, a oportunidade para uma reabilitação internacional depois da condenação mundial que sofreram após a matança na Praça de Tiananmen em 1989. Por isso o êxito das Olimpíadas é tão primordial para eles e o primeiro-ministro Wen Jiabao insiste nas consignas de "harmonia" e de "estabilidade".

Isso também explica a brutalidade da repressão contra a revolta do Tibete em março passado, assim como o furor das autoridades contra as manifestações que perturbaram, em alguns países, a passagem da tocha olímpica. Ou a rapidez no envio de auxílio aos afetados pelo terremoto de Sichuan de 12 de maio. Nada pode perturbar a consagração mundial da China neste ano olímpico.

Estes Jogos celebram os trinta anos desde o início das reformas impulsionadas em 1978 por Deng Xiaoping que permitiram

o milagre econômico e o excepcional renascimento da China. Certo é que os seus triunfos impressionam. O PIB chinês duplica a cada oito anos e, em 2008, o seu crescimento pode ultrapassar os 11%. Com uma população de 1,35 bilhões de habitantes - igual à soma das Américas (900 milhões) com a Europa (450 milhões), este país já é a terceira economia do planeta: ultrapassou a Alemanha, ultrapassará o Japão em 2015 e pode superar os Estados Unidos em 2050. A China tornou-se o primeiro exportador mundial e o principal consumidor do planeta.

Mas esse milagre tem vários lados ocultos. Em primeiro lugar, as graves violações em matéria de direitos humanos, que contradizem os valores do olimpismo. Por exemplo, a China leva a cabo mais de 7.000 execuções capitais por ano, ou seja, 80% de todas as penas de morte aplicadas no mundo. Além disso, a estabilidade deste colosso vê-se ameaçada por outros perigos: uma previsível quebra bolsista, uma inflação desmedida, um desastre ecológico e motins sociais que se estão multiplicando.

O próprio vice-presidente da Assembléia



Beijing 2008

Agora que os Jogos começaram, torço para que o lixo ideológico se retraia, para que finalmente possamos prestar atenção nos atletas de todo o mundo. A festa lhes pertence.

Perplexos estamos nós, pois a China não nos obedece mais. Sua economia será maior que a dos Estados Unidos em 15 anos. Dos 200 milhões de pessoas que deixaram a pobreza na última década, no mundo, 150 milhões são chinesas. O Estado é forte, mas isso não quer dizer que seja ilegítimo. Se ainda fosse fraco, como já foi, lá continuaria a ser o lugar dos negócios da China.

Tamanhas mudanças e tão complexo processo de desenvolvimento, em curto período, em uma sociedade que há pouco era paupérrima, com 1,3 bilhão de pessoas, não se fazem sem grandes contradições e problemas, que ninguém desconhece, muito menos os próprios chineses. Onde não foi assim?

As civilizações ocidentais, como se sabe, só usam a violência em benefício das vítimas. Reduzimos os índios do Novo Mundo à servidão, mas foi para cristianizá-los. Escravizamos os africanos, mas foi para discipli-

ná-los pelo trabalho. Estamos massacrando os iraquianos, mas é para ensiná-los a ser livres. Nossa próxima missão, pelo que vejo, será libertar os chineses de si mesmos.

O problema é que eles são muitos. Estão cada vez mais fortes. E não desejam deixar de ser o que são. Isso nos assusta. O resto é empulhação.

Agora que os Jogos começaram, torço para que o lixo ideológico se retraia, para que finalmente possamos prestar atenção nos atletas de todo o mundo. A festa lhes pertence.

Tomara que seja linda.

*Jornalista e economista. Ex-candidato à vice-presidente pelo PSOL. Texto originalmente publicado na Folha de S.Paulo, em 9 de agosto.



Estes Jogos celebram os 30 anos das reformas impulsionadas em 1978 por Deng Xiaoping que permitiram o milagre econômico e o renascimento da China. Mas esse milagre tem vários lados ocultos. Entre eles, as graves violações de direitos humanos e o desastre ecológico.

Popular, Cheng Siwei, alertou: “está se formando uma bolha especulativa. Os investidores deveriam preocupar-se com os riscos” (1). E Alan Greenspan, ex-presidente do Banco Federal dos Estados Unidos, acaba de afirmar que os mercados financeiros chineses estão “sobrevvalorizados” e alcançaram níveis “insustentáveis”. O índice da Bolsa de Xangai multiplicou por cinco desde 2006 e o seu crescimento desde princípios de 2008 é de 106%. Quando uma bolsa atinge picos deste gênero, o afundamento poucas vezes está longe.

Neste momento, o número de ricos não pára de aumentar. A China já tem 250 mil milionários em dólares. Mas as políticas liberais do sistema também fizeram aumentar as desigualdades entre ricos e pobres, entre ganhadores e perdedores. 700 milhões de chineses (47% da população) vivem com menos de dois euros por dia; destes, 300 milhões vivem com menos de um euro diário.

O “milagre” assenta na repressão e exploração de um imenso exército de trabalhadores (os que fabricam para o mundo inteiro todo o tipo de bens de consumo ba-

ratos). Às vezes trabalham entre 60 e 70 horas por semana, recebendo menos do que o salário mínimo. Mais de 15.000 operários morrem em cada ano em acidentes de trabalho. Os conflitos sociais têm aumentado anualmente 30%: greves selvagens, revoltas de pequenos agricultores, além do escândalo das crianças escravas.

O atual contexto é propício ao descontentamento, pois na China, como em muitos países, o incremento do preço dos alimentos e da energia (a 19 de junho passado, o governo aumentou o preço dos combustíveis em 18%) traduz-se numa subida da inflação (que alcançava os 7,7% em maio) e uma conseqüente degradação do nível de vida. As autoridades temem a ameaça de uma inflação desestabilizadora que poderia provocar manifestações de massas semelhantes às que foram afastadas da Praça Tiananmen em junho de 1989.

A tudo isto soma-se o perigo de uma catástrofe ecológica que cada dia preocupa mais os cidadãos. O próprio ministro do Meio Ambiente, Pan Yue, admitiu a enormidade do desastre: “Cinco das cidades mais contaminadas do planeta encontram-se na

China; as chuvas ácidas caem sobre um terço do nosso território; um terço da nossa população respira um ar muito contaminado. Em Pequim, 70% a 80% dos casos de câncer têm por causa o meio ambiente degradado” (2).

Todos os descontentes da China vão querer aproveitar o grande evento das Olimpíadas e a presença de 30 mil jornalistas estrangeiros para expressar as suas iras. As autoridades encontram-se em estado de alerta máximo. Sonham poder desativar o gigantesco barril de pólvora social a ponto de rebentar. Para que os Jogos de Pequim não incendeiem a toda a China.

(1) Financial Times, Londres, 30 de janeiro de 2007.

(2) Der Spiegel, Hamburgo, abril de 2005.

*Jornalista e sociólogo espanhol, diretor do Le Monde Diplomatique. Um dos criadores do Fórum Social Mundial. Tradução de João Romão (Esquerda.Net)

Os sinos esto

A União Européia é prisioneira, há muito tempo, de uma armadilha circular. Ela precisa de um poder centralizado, mas seus principais estados impedem este processo de centralização, porque, no fundo, a Europa está cada vez mais dividida entre os projetos estratégicos de seus três principais sócios, a França, a Alemanha e a Inglaterra.

José Luís Fiori*

Se fosse possível hierarquizar sonhos, a criação da União Européia estaria entre os mais importantes do século XX. Depois de um milênio de guerras contínuas, os estados europeus decidiram abrir mão de suas soberanias nacionais, para criar uma comunidade econômica e política, inclusiva, pacífica, harmoniosa, sem fronteiras, sem discriminações e sem hegemonias. Um verdadeiro milagre, para um continente que se transformou no centro do mundo, graças à sua capacidade de se expandir e dominar os outros povos, de forma quase sempre violenta, e muitas vezes predatória.

Depois de 50 anos do Tratado de Roma, o projeto inicial de unificação europeia dobrou de tamanho, nasceu uma moeda única, e o PIB comunitário ultrapassou o dos EUA, com uma renda média alta e confortável. E, no entanto, as perspectivas de integração e unificação europeia são cada vez piores, porque a expansão da comunidade veio junto com um comportamento social e político, cada vez mais xenófobo e competitivo. A “terceira via”, proposta pelo trabalhismo inglês, na década de 90, definiu e já foi es-

quecida; o socialismo e a social-democracia do continente é hoje um fantasma do passado, sem nenhuma identidade própria, e num estado de total pasmaceira intelectual, enquanto cresce por todo lado, o nacionalismo de direita e o fascismo, sob as mais diferentes formas de manifestação.

As populações fecham-se sobre si mesmas, e multiplicam-se as políticas de exclusão e de demonização do estrangeiro. O próprio Conselho da União Européia legitimou recentemente, a criação dos Centros de Internação de Estrangeiros, verdadeiros campos de concentração, onde os imigrantes podem ficar detidos até 18 meses, por uma simples decisão administrativa, sem que tenham cometido delito, e sem que exista controle externo ou judicial. Na França e Itália, da direita grotesca, de Berlusconi e Sarkozy, mas também na Espanha, do socialismo bem comportado, de Jose Luis Zapatero.

No meio deste quadro desastroso, caiu como uma bomba o resultado do referendo irlandês, que rejeitou o “Tratado de Lisboa”, que já havia sido aprovado por 18 países, e cujo principal objetivo é acelerar a centralização constitucional do poder, e a transformação da União Européia numa po-

tência global, com uma presidência permanente, e uma política externa unificada. Este processo de discussão começou em 2002, com a elaboração do primeiro projeto de Constituição, para a Europa, que ficou pronto em meados de 2003, foi aprovado pelo Conselho da União Européia, em 2004, e foi engavetado em 2005, depois da sua rejeição plebiscitária, pela França e pela Holanda. Este mesmo projeto constitucional foi retomado um ano depois, foi condensado, e foi transformado num simples “tratado comunitário”, que assim mesmo, acaba de ser rejeitado pelos irlandeses. Criando um problema grave, para a União Européia, porque o Tratado de Lisboa só pode se transformar em lei, se for aprovado por todos os 27 membros da UE.

(...)

Porque por trás deste impasse, existe um problema muito mais grave: o fato que a União Européia seja prisioneira, há muito tempo, de uma armadilha circular. Ela precisa de um poder centralizado, mas seus principais estados impedem este processo de centralização, porque, no fundo, a Europa está cada vez mais dividida, entre os projetos estratégicos de seus três principais sócios, a França, a Alemanha e a Inglaterra. Depois do fim da Guerra Fria e da reunificação da Alemanha, ela se transformou na maior potência demográfica e econômica do continente, e passou a ter uma política externa independente, centrada nos seus próprios interesses nacionais, que incluem o fortalecimento dos seus laços econômicos e financeiros com a Europa Central, e com a Rússia. Este comportamento alemão acentuou o declínio da França, que tem cada vez menos impor-

~ ão dobrando



As populações fecham-se sobre si mesmas, e multiplicam-se as políticas de exclusão e de demonização do estrangeiro. O próprio Conselho da União Européia legitimou recentemente, a criação dos Centros de Internação de Estrangeiros, verdadeiros campos de concentração, onde os imigrantes podem ficar detidos até 18 meses sem que exista controle externo ou judicial.

tância internacional, e favoreceu o fortalecimento do “euroceticismo” britânico, reacendendo a competição e a luta hegemônica dentro da União Européia, e trazendo de volta velhas fraturas e divisões que estiveram presentes, em suas infindáveis guerras seculares.

Enquanto isto, a União Européia segue sem um poder central unificado capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas, aos seus es-

tados-membros. Uma situação agravada pela sua submissão militar aos EUA, que impôs a expansão apressada da UE, em direção ao leste, para “ocupar” os estados que haviam pertencido ao Pacto de Varsóvia, e haviam estado sob controle soviético, até 1991. Como consequência, a União Européia se transformou num “ente político” fraco, com uma moeda falsamente “forte”, e com muito pouca capacidade de iniciativa autônoma, dentro do sistema mundial. E, do ponto de vista glo-

bal – ao contrário do que pensam muitos analistas – virou uma carta fora do baralho, da nova geopolítica mundial, deste início do século XXI, onde aparecem apenas, com alguma relevância e de forma independente, os seus principais estados.

Mas apesar de tudo isto, neste momento, o “não” dos irlandeses está soando de forma tão dolorosa e melancólica, por uma outra razão: são os sinos que dobram pela morte do sonho europeu, da inclusão e da civilidade, da sociedade pacífica e sem hegemônias, e de um mundo sem novos campos de concentração.

*Cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Publicado originalmente pela Agência Carta Maior.

Sociedade civil mob

Henrique Costa*

Prestes a ser votado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 89/2003, que pretende enquadrar crimes cometidos pela internet e cujo substitutivo tem a autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), vem causando grande comoção e um número significativo de protestos entre entidades e organizações que reúnem usuários, jornalistas e acadêmicos em defesa da liberdade de expressão na rede. Apenas uma das iniciativas, o abaixo-assinado online organizado pelos professores Sérgio Amadeu, André Lemos e João Caribé pela não aprovação do projeto, reuniu até agora (*fim de julho*) mais de 93.500 assinaturas.

O PL-89, entretanto, já foi aprovado no Senado com poucas alterações e agora aguarda apenas que o plenário da Câmara o aprecie. Há uma solicitação, do deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP) para que ele tramite em regime de urgência e, portanto, seja votado assim que o Congresso voltar do recesso parlamentar.

Resolvida de maneira apressada, a nova legislação proposta pelo senador tucano e encaminhada quase sem restrições pelo senador Aloízio Mercadante (PT-SP) caminha em direção oposta à tendência internacional. “Partindo diretamente para a esfera criminal, sem que tenhamos criado sequer um marco regulatório civil para a Internet, o Brasil segue na contramão da maior parte dos países desenvolvidos”, afirma o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social em nota sobre o PL. O projeto, ainda segundo o Intervozes, qualifica como crimes

práticas genéricas e não define com clareza termos como “transferência de dado”, “titular da rede” ou “código malicioso”.

“O que significa a palavra ‘dado’ neste projeto de lei? Um endereço de e-mail é considerado como tal? E um texto publicado online?”, questiona a ONG Repórteres Sem Fronteiras. “O que acontece se um internauta transmite um vírus inadvertidamente? Punir alguém com prisão por uma ‘transferência de dado’ seria dramático para a liberdade de expressão na Internet.”

Cibercapatazes

Um dos dispositivos criado por Azeredo e mantido pelo relator Mercadante no PL-89 tenta induzir os provedores de Internet a se tornarem ciberagentes policiais. O prestador desse serviço terá que conhecer quais crimes são passíveis de “acionamento penal público incondicionado”. A partir disso, deverá repassar denúncias que chegam ao seu conhecimento, se não quiser se tornar ele mesmo um criminoso.

Nenhum provedor, evidentemente, correrá o risco. Portanto, é provável que encaminhem quaisquer denúncias que lhe chegarem, mesmo que não exista a certeza do crime. Para o professor Pedro Antônio Dourado de Rezende, do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília, os provedores de Internet terão que agir como “cibercapatazes e, a partir das suas automatizadas denúncias, o Estado poderá, legalmente, perseguir o que lhe convier”.

A Associação Brasileira de Provedores de Internet (Abranet) já manifestou sua preocupação com esta possibilidade. “A função do provedor não é essa. É a polícia quem investiga, não o pro-



vedor. Investigar é função do Estado”, disse o presidente do conselho diretor-executivo da Abranet, Eduardo Parajo, em entrevista à Folha Online no início de julho.

“O artigo 22 instala o vigilantismo no provimento de acesso a Internet, dificultará a implantação de redes wireless aberta, dificultará a existência de provedores nas escolas e pequenas empresas, além disso, poderá criar um novo negócio de segurança para consultorias e auditorias”, acusou o sociólogo e pesquisador da sociedade da informação Sérgio Amadeu em seu blog.

Vários crimes

A última versão do projeto também não resolve uma outra polêmica contida na redação do texto. O PL-89 altera o Código Penal para impedir o acesso não autorizado pelo “legítimo titular” de redes de computadores ou dispositivos eletrônicos protegidos. Uma interpretação possível poderia transformar em criminoso o sujeito que destravasse um CD para ouvir seu conteúdo em outro dispositivo, como um MP3 player.

Criminaliza-se contra PL-89



Cria também o crime de estelionato eletrônico, que é cometido pelo usuário que “difunde, por qualquer meio, código malicioso com intuito de facilitar ou permitir acesso indevido à rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado”.

Para Sérgio Amadeu, o PL-89 pretende coibir a livre troca de dados, mesmo sem fins comerciais. “Tal como Sarkozy, na França, criou uma lei anti-P2P (*peer to peer*), pois com a lei de *copyright* francesa não se conseguia conter a troca e compartilhamento de arquivos digitais, o grupo do senador Azeredo percebeu que pode criminalizar os internautas por violarem regras de segurança.”

Para o Intervozes, a criminalização serve à indústria “interessada em bloquear mídias e dispositivos”. O coletivo ressalta que o projeto permite que seja acionado criminalmente o usuário que burlar estas travas mesmo depois de terminado o prazo de proteção sobre aquele conteúdo ou equipamento.

Além disso, a nota do Intervozes chama a atenção para o fato de que o texto considera crime um “ato preparatório”. “Ou seja, não o crime em si, mas uma ação anterior necessária para cometê-lo, já que a mera difusão de código malicioso será considerada crime e não apenas a quebra do sistema.”

Bancos e pedofilia

A justificativa principal para a aprovação do PL-89 no Senado e a pretendida aceleração da votação na Câmara é o combate à pedofilia. Curiosamente, na mesma madrugada em que o controverso PL-89 foi aprovado, o Plenário do Senado apreciou também outro projeto de lei, este dedicado exclusivamente à questão. O PL 250/2008 é fruto de intensos e produtivos debates na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. A CPI contou com a participação de seis promotores de Justiça da Vara da Infância de cinco estados, dois delegados da Polícia Federal,

dois consultores legislativos e dois técnicos da Safernet, entidade que atua no combate a este crime na rede.

“Pedofilia já é crime no Brasil e crianças e adolescentes têm todo um aparato legal que as protege. Em 99% dos casos, não é preciso de uma nova lei”, comentou o jornalista Pedro Dória, em sua coluna no jornal O Estado de São Paulo.

A insistência na aprovação do projeto encontra explicação em interesses de setores específicos e poderosos, especialmente os bancos. O setor bancário pretende suprimir o boleto bancário a partir de 2009 e transferir para a rede grande parte de suas operações, o que representaria uma redução de custos brutal. É necessário, no entanto, garantir não apenas segurança na Internet, ainda muito sujeita a fraudes, mas dividir com alguém – no caso, os provedores e os usuários da rede – os custos da vigilância.

Essa parece ser uma justificativa plausível para a insistência do Congresso em um projeto condenado, inclusive, por especialistas em Direito. O Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, divulgou uma análise jurídica que aponta “problemas graves” em cinco artigos do PL-89. “Em síntese, a imprecisão do texto e suas conseqüências imprevisíveis demandam que sejam vetados no mínimo os artigos 285-A; 285-B; 163-A, parágrafo primeiro; Art. 6º, inciso VII; Artigo 22, III. Caso os artigos persistam, condutas triviais na rede serão passíveis de punição com penas de até 4 anos de reclusão.”

*Observatório do Direito à Comunicação.



Por que Castelo?

Descontos especiais para você

A Universidade Castelo Branco firmou uma parceria com o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (SISEJUFE), na qual os associados desta Instituição, e seus dependentes, poderão estudar nesta renomada Universidade obtendo descontos especiais.

Veja os descontos:

Graduação: Descontos de 15% a 35%

Administração • Biomedicina • Ciências Biológicas • Ciências Contábeis • Comunicação Social (Jornalismo/Publicidade e Propaganda) • Direito • Educação Física • Enfermagem • Fisioterapia • Letras (Português/Espanhol) • Letras (Português/Inglês) • Matemática • Medicina Veterinária • Nutrição • Serviço Social • Sistemas de Informação

Graduação a Distância: Desconto de 15%

Ciências Biológicas • Letras • Matemática • Pedagogia

Graduação Tecnológica: Desconto de 15%

Tecnologia em Gestão Ambiental • Gestão de Negócios em Petróleo e Gás • Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos • Tecnologia em Logística • Tecnologia em Marketing

Pós-graduação: Desconto de 10%

Psicopedagogia • Gestão Escolar Integradora • Ciências da Linguagem • Análises Clínicas • Matemática do Ensino Fundamental e Médio • Perícia Criminal • Medicina Legal • Biologia Forense • Direito do Trabalho e Processual Trabalhista • Direito Previdenciário • Direito Tributário • Auditoria e Controladoria • Gestão social

Colégios CAP e CCB: Desconto de 15%

Ensino Fundamental (6^o ao 9^o ano)

Ensino Médio – Formação Geral

Ensino Médio – Formação Profissional:

Administração • Contabilidade • Dança • Desporto • Enfermagem • Estética • Informática • Massoterapia • Marketing Digital • Patologia Clínica • Publicidade • Reabilitação • Turismo

Atenção: estes descontos são válidos apenas para os associados do **SISEJUFE** e seus dependentes, relativos ao 2^o semestre de 2008.

Nossas unidades:

Realengo • Recreio • Penha • Centro • Mangaratiba • Itaguaí • Seropédica

Mais informações pelo (21) 3216-7700 ou em www.castelobranco.br

